DATA MERCANTIL

São Paulo

SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM √ TRANSPARÊNCIA, √ SEGURANÇA E √ QUALIDADE.

datamercantil.com.br

SÃO PAULO, ***Quarta-Feira****, 19 de agosto de 2026 | edição nº 1594*

R$ 2,50

STF FORMA MAIORIA E SUSPENDE MULTAS DA NR-1 POR 90 DIAS NO PAÍS

O STF (Supremo Tribunal Federal) formou maioria para suspender por 90 dias aplicação de multas a empresas por descumprimento das regras de saúde mental previstas na NR-1 (Norma Regulamentadora). A decisão dos ministros confirma a decisão provisória do ministro André Mendonça, dada em junho.

Pelo posicionamento dos ministros, o MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) está proibido de aplicar punições pela falta de mapeamento dos riscos psicossociais no trabalho por 90 dias úteis, que começaram a contar em 25 de junho, data da cautelar, e terminam em setembro.

Votaram com o relator os ministros Cristiano Zanin, Flávio Dino, Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Edson Fachin, Alexandre de Moraes e Nunes Marques. Faltam os votos de Luiz Fux e Gilmar Mendes. O julgamento ocorre no plenário virtual e termina no final da noite desta terça-feira (18).

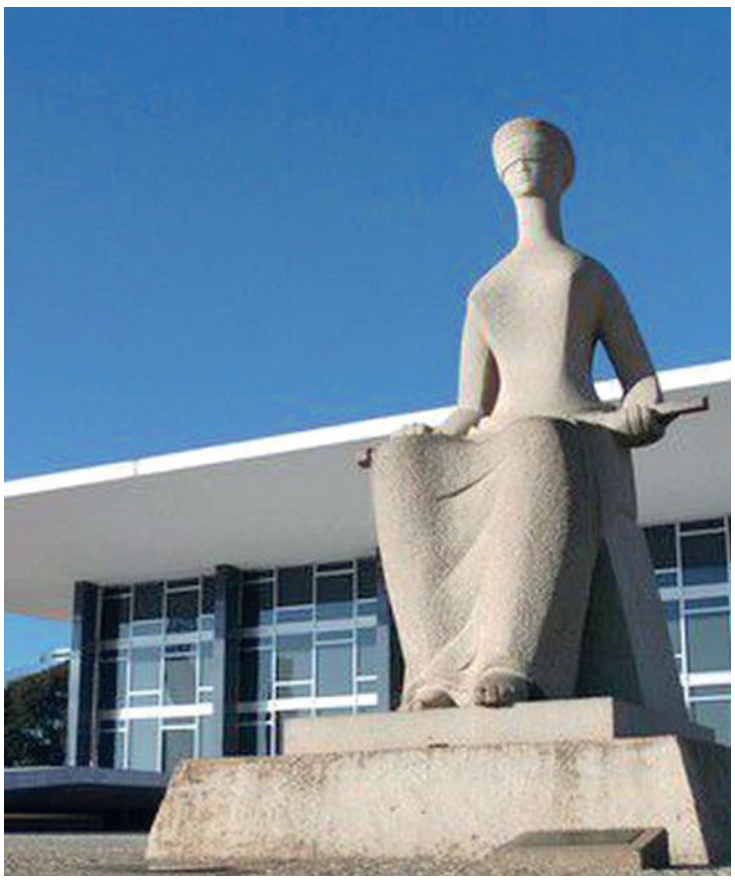
A medida atende a pedido da Confenen (Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino), mas é válida para todas as empresas do país. Ela se sobrepõe à decisão tomada em favor da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) no final de maio, que abrangia apenas as 130 mil empresas ligadas à federação.

Aprovadas em 2024, as alterações na NR-1 passaram a valer em 26 de maio deste ano, mas, durante 90 dias, o próprio MTE decidiu que não irá multar nenhuma empresa e fará apenas visitas de vistoria técnica e de orientação. Com a ordem de Mendonça, o prazo para as empresas se adaptarem sem multa fica maior.

Segundo o advogado Jorge Matsumoto, do Bichara Advogados, que representa a Confenen na ação, a decisão atende a um anseio das empresas, que ainda não entenderam o que, de fato, devem fazer. Enquanto isso não ficar claro, diz ele, elas não podem ser punidas.

A decisão do plenário virtual também determina que o caso vá para o núcleo de conflitos do STF, para que se chegue a um acordo entre as partes.

Folhapress

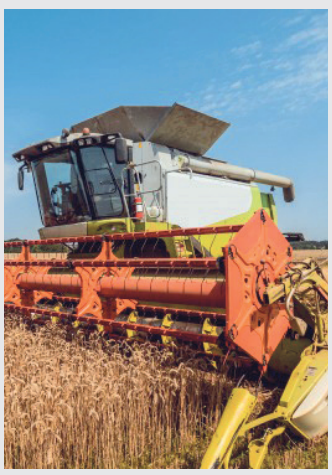


DESTAQUES DO DIA

Brasileiros depositaram R$ 221 bi em bets no ano passado, mostram dados da Fazenda

Crédito imobiliário pode ficar mais caro com novo modelo de captação de recursos

Fabricantes de máquinas agrícolas investem em inovação contra queda nas vendas



Alcolumbre assina despachos de PECs da segurança e do fim da jornada 6x1

Dino defende soberania e critica países que se veem como "régua moral"

NO MUNDO

Rússia mata 10 na Ucrânia, e Kiev faz mega-ataque a Moscou

Dando continuidade à fase mais violenta contra civis na Guerra da Ucrânia, Moscou e Kiev trocaram ataques nesta terça-feira (17). Ao menos dez pessoas foram mortas no norte ucraniano, e a capital russa foi alvo de um dos maiores ataques com drones da guerra.

Em uma nova frente de atrito com o Ocidente, a Rússia disse que o emprego de armas britânicas pela Ucrânia em solo russo envolve Londres no conflito e exige uma resposta. Tais ameaças já foram feitas antes, mas a situação está mais aguda. O ataque mais mortífero contra os ucranianos foi em Petchenihi, uma cidade na região setentrional de Kharkiv. Segundo o presidente Volodimir Zelenski, foi atingido "um local com um posto de correio e lojas, cercado apenas por prédios residenciais".

"Nós definitivamente precisamos responder a esse ataque russo", escreveu o presidente no X. Segundo o governo local, ao menos 17 pessoas foram feridas. Na véspera, outras 10 pessoas haviam sido mortas dos dois lados da fronteira, número que chegou a 19 no domingo (16).

Essa onda de ataques contra civis é a mais intensa desde o março de 2022, o primeiro mês da invasão das forças de Vladimir Putin contra o vizinho.

Em julho, morreram em média 21,8 civis por dia, segundo dados do Acled (Projeto de Localização de Conflitos Armados e Dados de Eventos, no acrônimo em inglês).

Mais tarde, os russos voltaram a atingir Kiev e outras regiões. Segundo a DTEK, maior empresa privada de energia, uma de suas usinas termelétricas foi gravemente danificada no começo da noite, tendo de ser desligada.

Nas frentes de batalha, onde os mortos são contados na casa de milhares, mas as estatísticas não são reveladas de lado a lado, a Rússia voltou a avançar um pouco nesta terça, segundo seu Ministério da Defesa.

Igor Gielow/Folhapress

França vai expulsar diplomatas iranianos do país, diz chanceler

A França vai expulsar dois diplomatas iranianos nos próximos dias, afirmou o ministro das Relações Exteriores da França, Jean-Noël Barrot, nesta terça-feira (18).

A declaração de Barrot, feita na rede social X, ocorre um dia após o Ministério iraniano informar que dois funcionários da embaixada francesa, que se envolveram em julho em uma disputa diplomática em Teerã, não teriam permissão para retornar ao Irã.

No mês passado, o Ministério das Relações Exteriores da França informou que os funcionários da embaixada francesa haviam sido detidos e intimidados fisicamente pelos serviços de segurança iranianos em Teerã.

O episódio ocorreu quando dois funcionários da embaixada francesa se encontraram com pessoas que estavam sendo investigadas pelo governo da República Islâmica, informou a mídia estatal iraniana.

Segundo a acusação, os membros da embaixada francesa tiveram seus telefones confiscados, foram impedidos de entrar em contato com a embaixada e sofreram intimidação verbal, em uma violação das convenções diplomáticas.

Na época, o Ministério de Relações Exteriores da França afirmou que "haveriam consequências" pelo acontecimento.

Na publicação, Barrot disse que o povo iraniano é a principal vítima do atual período de tensões elevadas no Oriente Médio, citando tanto a "repressão sangrenta" aos protestos de janeiro de 2026 quanto os bombardeios militares em curso na guerra entre EUA e Irã.

"É precisamente porque a França está ao lado do povo iraniano, apoiando seus artistas, cientistas e pesquisadores, que dois diplomatas franceses foram agredidos de forma escandalosa e deliberada em 19 de julho passado", escreveu Barrot.

CNN

Republicanos divergem sobre guerra entre Estados Unidos e Irã

A poucos meses das eleições de meio de mandato nos Estados Unidos, integrantes do Partido Republicano divergem sobre a condução da guerra no Irã. Enquanto parte do partido mantém apoio irrestrito a Donald Trump, outro grupo está insatisfeito com os rumos do conflito e seus efeitos sobre a economia americana.

Durante o Live CNN desta terça-feira (13), a correspondente da CNN em Nova York, Priscila Yazbek, detalhou as divisões internas no partido republicano.

Entre os que defendem o governo, a linha argumentativa é de que os Estados Unidos devem encerrar o conflito em nome da segurança nacional, acusando os democratas de quererem simplesmente abandonar o confronto.

O presidente da Câmara dos Representantes e forte aliado de Trump, Mike Johnson, reconheceu que o conflito tem contribuído para o aumento dos preços, mas afirmou que a tendência é de normalização.

O Comitê Nacional Republicano, por sua vez, declarou que os democratas passaram uma década financiando o regime iraniano e que os eleitores terão de escolher entre um partido comprometido em desarmar o Irã e outro que não resolve a situação.

Por outro lado, vozes dissidentes dentro do próprio partido começam a se fazer ouvir. Um senador da Virgínia afirmou que a guerra "se tornou uma grande confusão" e que os republicanos precisam responder melhor às preocupações econômicas dos americanos.

"Ele também falou que os republicanos passaram meses dizendo que iam ficar tudo bem, e que os americanos estão vivendo uma situação muito difícil enquanto Trump estaria 'vivendo numa caverna', sem ver o que a população está passando", destacou Yazbek.

CNN

DATA MERCANTIL São Paulo

JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.
CNPJ nº 35.960.818/0001-30
Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

Tel.:11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

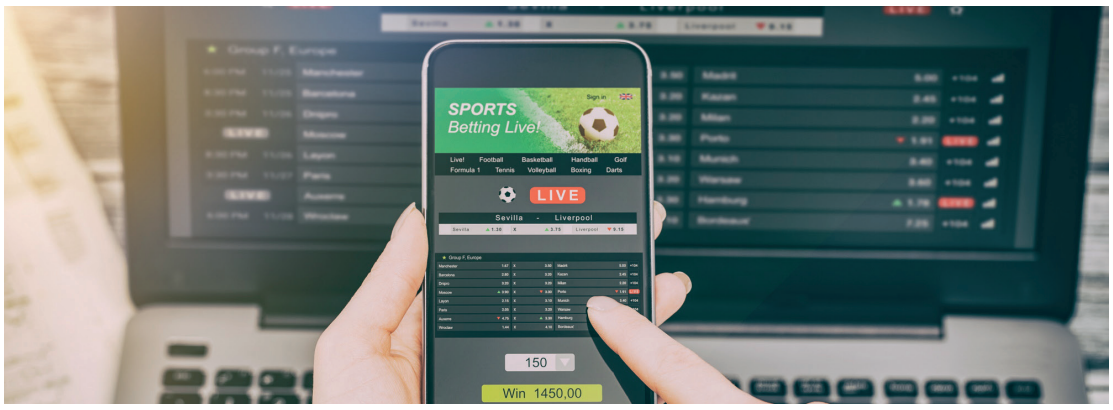
EDITORIAL: Daniela Camargo
COMERCIAL: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: FolhaPress, Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-Dinheiro, Notícias Agricolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da abra legal

ECONOMIA

Brasileiros depositaram R$ 221 bi em bets no ano passado, mostram dados da Fazenda



As bets autorizadas a atuar em nível federal receberam R$ 220,6 bilhões em depósitos durante o ano de 2025, mostram dados do Ministério da Fazenda obtidos via lei de acesso à informação.

Desse total, R$ 36,9 bilhões representaram o saldo negativo para os apostadores e se converteram em receitas para as casas de apostas. O restante, R$ 183,7 bilhões, foi destinado ao pagamento de prêmios e oferta de bônus sacáveis -valores promocionais que o jogador pode retirar a qualquer momento, e a bet pode deduzir de suas receitas para fins contábeis.

É a primeira vez que a Fazenda divulga essa informação, disponibilizada ainda em caráter preliminar. "Os dados podem sofrer alterações até a conclusão dos procedimentos de conferência e consolidação", diz a secretária de Prêmios e Apostas (vinculada à Fazenda), Daniele Correa Cardoso, na resposta enviada à reportagem.

A receita das casas de apostas representou 16,7% dos depósitos. O valor ficou acima da retenção máxima imposta por lei de 15% e da taxa de 7% anunciada pelo setor, o que reforça a tendência de ganho das bets sobre os jogadores no longo prazo.

Como o dinheiro do apostador é limitado, a retenção anunciada pelas bets funciona como uma taxa implícita maior do que o valor capturado por cada rodada.

Segundo as regras do setor, 88% do faturamento ficou com as bets e 12% com a União e outras entidades beneficiadas pela regulamentação, como grupos beneficentes que recebem repasses -essa fatia será de 13% neste ano e subirá a 15% em 2028.

Depois, incidem os impostos federais, estaduais e municipais sobre as empresas. Balanços vistos pela reportagem, como o da Blaze, indicam uma margem de lucro por volta de 30%, uma parcela comparável à de um banco de investimentos, como o BTG Pactual. A maior parte do orçamento das empresas vai para publicidade, e, como as equipes são pequenas, o custo com funcionários é baixo.

Folhapress

Assédio eleitoral no trabalho soma 4.273 denúncias nas duas últimas eleições e Justiça inicia campanha em 2026

As denúncias de assédio eleitoral no trabalho chegaram a 4.273 nas duas últimas eleições, segundo dados do MPT (Ministério Público do Trabalho). O pico foi registrado em 2022, quando o órgão recebeu 3.371 queixas. Em 2024, o número de denúncias caiu para 902, recuo de 73,2%, mas o fenômeno ainda preocupa o Judiciário.

MPT, TST, TSE lançaram, no início de agosto, a campanha "No meu voto mando eu", para as eleições de 2026. Cartilha do TST também foi publicada, orientando trabalhadores, empresas e demais órgãos sobre o que é assédio eleitoral, quais as principais formas identificadas nas últimas eleições e como denunciar.

Segundo a cartilha do TST, assédio eleitoral é toda forma de pressão, ameaça, constrangimento, intimidação ou promessa de benefício para influenciar o voto, a posição política ou a participação eleitoral no ambiente de trabalho.

O documento aponta pressão presencial ou eletrônica, por WhatsApp e email, de promessas de promoção a ameaças de demissão, como as principais ameaças. A advogada Marília Nascimento Minicucci, do escritório Chiode Minicucci Littler, afirma que a Justiça do Trabalho ampliou a definição de assédio eleitoral neste ano, antes restrita à coação.

A resolução 452 do CSJT, publicada em julho, passou a prever distinção, exclusão ou preferência por convicção ou opinião política no trabalho, diz ela. "Normalmente as pessoas só pensam em discriminações, mas no documento temos muito claro o conceito da preferência sobre um empregado em relação aos outros", afirma Marília.

Segundo ela, o empregador pode ter suas convicções políticas e o funcionário pode manifestá-las, mas a liberdade termina quando a posição política passa a interferir na relação profissional.

Folhapress

Crédito imobiliário pode ficar mais caro com novo modelo de captação de recursos

O novo modelo de crédito imobiliário brasileiro, que busca reduzir a dependência dos bancos em relação à poupança, pode aumentar a pressão sobre os juros cobrados dos compradores de imóveis em períodos de taxas elevadas.

A mudança, que está sendo implementada de forma gradual e terá vigência plena em 2027, prevê a substituição progressiva da poupança como principal fonte de recursos para o crédito imobiliário por instrumentos do mercado de capitais, como letras imobiliárias. A proposta foi construída após discussões entre governo, bancos e setor da construção.

Gilneu Vivan, diretor de Regulação do Banco Central, diz que os primeiros resultados do período de testes são animadores. Ele afirmou que houve reversão da queda nas concessões de crédito imobiliário e que os primeiros meses registraram aumento nas operações.

"O objetivo foi criar incentivos para que o mercado se reorganize e busque a substituição gradativa da poupança como funding primário do crédito imobiliário", disse Vivan durante o Abecip Summit 2026, realizado nesta terça-feira (18).

A preocupação é que ainda não está claro como serão definidos os indexadores dos contratos de financiamento pelo novo modelo, menos dependente da poupança.

Com a maior participação de letras e outros instrumentos captados no mercado de capitais, os bancos passam a precisar de mecanismos que permitam administrar o risco financeiro das operações. Ao mesmo tempo, o consumidor tende a buscar prestações e contratos com maior previsibilidade.

"Por um lado, as instituições desejam indexador que permita uma gestão de risco eficiente. Por outro, o tomador do crédito busca um contrato onde o indexador seja previsível", afirmou Vivan.

É justamente nessa diferença entre o risco de quem financia e a necessidade de previsibilidade de quem toma o crédito que está um dos principais desafios do novo modelo, segundo Michel Cury, presidente da Abecip e diretor de crédito imobiliário do Itaú.

Folhapress

POLÍTICA

Alcolumbre assina despachos de PECs da segurança e do fim da jornada 6x1

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), assinou os despachos para encaminhar às comissões da casa matérias de interesse do governo, como as PECs da segurança, do fim da jornada 6x1 e o projeto de lei que cria uma política de minerais críticos.

Segundo apurou a CNN, o encaminhamento, no entanto, não será imediato e deve se dar nos próximos dias. Alcolumbre pediu que a Mesa Diretora do Senado decida sobre quais comissões as matérias devem passar.

O presidente da Casa também ainda deve conversar com os senadores para decidir quais serão os relatores de cada uma das matérias.

A PEC do fim da jornada 6x1 deve ser despachada direto para a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) e a expectativa é para que siga para o plenário na sequência. Já o PL dos minerais críticos, por exemplo, pode passar pela CCJ e pela CAE (Comissão de Assuntos Econômicos).

Alcolumbre se comprometeu a dar encaminhamento às matérias após rodadas de conversas com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e com articuladores do governo no Planalto e no Congresso Nacional.

A PEC do fim da jornada 6x1 e o PL dos minerais críticos aguardam despacho desde maio. A PEC da segurança está travada há ainda mais tempo, desde março.

Alcolumbre atuava até então para travar a agenda governista no Senado, principalmente depois da indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, ao STF (Supremo Tribunal Federal).

Após a rejeição de Messias, aliados de Lula e Alcolumbre tentaram refazer as pazes entre os dois, sem sucesso. Lula, principalmente, não dava abertura para encontrar com Alcolumbre.

O cenário passou a mudar após um jantar organizado pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal).

CNN

Advogado avalia pedir nulidade de inquéritos de Lulinha

A Polícia Federal deve intimar Fábio Luiz Lula da Silva, conhecido como Lulinha, para depor sobre o suposto tráfico de influência no governo federal. A intimação, no entanto, só deve ocorrer após a análise completa do material encontrado no celular da empresária e lobista Roberta Luchsinger, amiga de Lulinha e também investigada no caso. A apuração é do analista de Política da CNN Pedro Venceslau ao CNN 360°.

Segundo Pedro Venceslau, a defesa de Lulinha avalia ainda pedir a nulidade dos inquéritos abertos contra ele. A Polícia Federal trabalha com um esboço de cronograma que tem como ponto de partida a análise de um vasto conjunto de mensagens trocadas desde 2003.

Apenas após essa etapa seriam realizadas as oitivas com os investigados. Medidas judiciais antes do interrogatório, no entanto, não estão descartadas.

O advogado Marco Aurélio Carvalho revelou que a defesa de Lulinha solicitou à Polícia Federal uma investigação sobre o que classifica como vazamentos criminosos de informações do inquérito.

Ele afirmou ter se reunido pessoalmente com o ministro da Justiça, Wellington César Lima, para cobrar providências sobre o assunto e criticou duramente a postura do interlocutor diante das denúncias. "O silêncio dele, voz que nós respeitamos muito, nos constrange", declarou Marco Aurélio, segundo apuração de Pedro Venceslau.

Além disso, o advogado disse esperar uma atuação enérgica de Wellington César Lima contra os vazamentos e afirmou que gostaria que ele agisse contra setores da Polícia Federal que, segundo a defesa, estariam atuando nos bastidores para prejudicar a campanha eleitoral.

Marco Aurélio isentou o superintendente da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, afirmando que ele também seria vítima dessa ala que, segundo a defesa, estaria ligada ao bolsonarismo dentro da corporação. CNN

Dino defende soberania e critica países que se veem como "régua moral"

O ministro Flávio Dino, do STF (Supremo Tribunal Federal), defendeu nesta terça-feira (18) o respeito à soberania e à autodeterminação dos países e afirmou que o Brasil deve ter cautela ao fazer avaliações sobre a política interna de outras nações. A declaração foi feita durante o julgamento na Primeira Turma que aprovou, por unanimidade, a extradição do cidadão russo Alexander Davydov, condenado por fraudes com criptomoedas na Rússia.

Ao acompanhar o voto da relatora, Cármen Lúcia, Dino citou os princípios do artigo 4º da Constituição, como independência nacional e autodeterminação dos povos, para criticar "julgamentos morais" estrangeiros.

"Por isso mesmo, merecem sempre cautela considerações acerca da política interna de outros países, uma vez que não é cabível uma abordagem etnocêntrica [julgar cultura diferente com próprios valores] segundo a qual nós somos as réguas morais do mundo. Outros fazem isso, fazem indevidamente", afirmou.

A fala ocorre em meio a um novo episódio de tensão nas relações entre Brasil e Estados Unidos. Segundo o jornal britânico Financial Times, o governo do presidente Donald Trump estuda impor novas sanções ao ministro Alexandre de Moraes.

Moraes e sua mulher, Viviane Barci, foram alvos de sanções americanas em 2025. Na ocasião, o ministro foi enquadrado pela administração Trump na Lei Magnitsky, sob a acusação de violações de direitos humanos. As restrições foram retiradas em dezembro do mesmo ano.

Segundo o Financial Times, a discussão sobre novas medidas contra Moraes voltou a ganhar força após o ministro autorizar buscas contra fontes de um jornalista do Maranhão que publicou reportagens críticas a Dino.

CNN

AGRONEGÓCIO

Fabricantes de máquinas agrícolas investem em inovação contra queda nas vendas

Para enfrentar um ano de redução nas vendas, incertezas econômicas e políticas e a crescente concorrência chinesa, fabricantes de máquinas, equipamentos e soluções voltadas ao agronegócio apostam em tecnologias que proporcionem reduções de perdas no campo, queda de custos e substituição de mão de obra.

A receita líquida das vendas de máquinas e implementos alcançou R$ 4,21 bilhões no país em abril, segundo a Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos), o que fez o setor fechar o quadrimestre com redução de 17,9% R$ 17,07 bilhões no total, acentuando a queda nas vendas, que nos três primeiros meses do ano estava em 16,4%.

O cenário poderia ser pior se não houvesse crescimento de 20,1% nas exportações entre janeiro e abril, com US$ 583 milhões (cerca de R$ 2,94 bilhões). Ou seja, a dificuldade nos negócios está no mercado interno, segundo o setor.

A previsão inicial indica que o ano terminará com queda de 8% nas vendas das indústrias de máquinas agrícolas.

Por isso, equipamentos que permitam melhorar a qualidade da produção agrícola, aumentar a produtividade e reduzir custos são o foco do produtor rural que precisa comprar até porque nem todos estão comprando.

Desde o início das principais feiras agrícolas no país, em fevereiro, até a Bahia Farm Show, encerrada em 13 de junho em Luís Eduardo Magalhães (BA), o setor sofreu com revezes nos negócios, e alguns dos eventos nem divulgaram o volume financeiro gerado.

Entre as inovações apresentadas pelos fabricantes está um novo implemento agrícola para a colheita de pimenta-do-reino, atividade totalmente manual até então e cultura na qual o país é o segundo maior exportador do mundo, atrás somente do Vietnã.

Folhapress

Alta dos fertilizantes coloca inflação de alimentos no radar do Brasil

O aumento dos preços dos fertilizantes e a redução das importações brasileiras começam a criar um risco para a produção agrícola de 2027. O produtor pode reduzir a aplicação de nutrientes ou postergar compras, comprometendo o potencial de produtividade da próxima safra. O alerta está em relatório do J.P. Morgan sobre os efeitos da guerra no Oriente Médio e de possíveis eventos climáticos sobre a oferta mundial de alimentos.

Para o banco, uma interrupção prolongada no fornecimento de fertilizantes pode afetar as janelas de plantio, reduzir a produtividade das lavouras e, com atraso, pressionar a inflação de alimentos.

No Brasil, os dados mais recentes mostram que o problema já chegou ao mercado de insumos. Entre janeiro e julho, o país importou 22,4 milhões de toneladas de fertilizantes, 7,4% menos que no mesmo período de 2025. Apesar da queda no volume, a despesa aumentou 7,3%, para US$ 8,8 bilhões. Em junho, o preço médio da tonelada importada estava 26% acima de um ano antes. A produção nacional também recuou 17% nos cinco primeiros meses do ano.

A combinação é desfavorável para o produtor: menos fertilizante entrando no país e custo maior por tonelada.

O risco está concentrado no próximo plantio

O efeito sobre a produção não é imediato. Fertilizante comprado hoje será utilizado meses depois, e é justamente essa defasagem que preocupa o J.P. Morgan.

O banco estima que uma recuperação completa da produção de fertilizantes afetada pelos conflitos pode levar de um a quatro anos, dependendo da velocidade de retomada das unidades industriais. O relatório também destaca que uma alta prolongada dos preços pode levar agricultores a reduzir a quantidade de nutrientes aplicada ou alterar a escolha das culturas.

CNN

Aves podem voltar à UE antes da carne bovina, diz ministro

O ciclo de produção mais curto de aves pode fazer a retomada das exportações de aves para a UE (União Europeia) ocorrer antes da carne bovina, segundo o ministro da Agricultura e Pecuária, André de Paula. O chefe da pasta ainda afirmou que o governo brasileiro trabalha para conseguir ainda neste semestre a recolocação do país na lista de fornecedores de produtos de origem animal para o bloco.

De Paula acredita que não será possível reverter a decisão para a proteína bovina antes da entrada em vigor da decisão do Comitê Europeu, marcada para iniciar em três de setembro. Mas, quanto às aves é possível e a diferença está justamente no tempo necessário para que cada cadeia consiga comprovar o cumprimento das exigências sanitárias do bloco.

"A carne bovina não dá para reverter no prazo, porque nós temos um ciclo do boi que é muito maior do que o ciclo da ave. Mas as pactuações nos permitem que, rapidamente, uma vez que o ciclo das aves é de 45 dias, possam estar aptas a voltar a ter o status de fornecedoras para a Europa", afirmou em entrevista à rádio Nova Brasil FM de Pernambuco nesta terça-feira (18).

André de Paula afirmou que a prioridade do governo, neste momento, é conseguir a relistagem do Brasil. Só depois disso, segundo ele, cada produto poderá voltar a ser exportado conforme as exigências do mercado europeu.

"Num segundo momento, vamos ter o produto de acordo com as exigências que são colocadas pelo mercado europeu e vamos voltar a fornecer a nossa carne bovina, as nossas aves, o nosso pescado, o nosso mel, os nossos ovos", frisou.

O ministro ainda reforçou que o governo tem trabalhado para que a relistagem aconteça ainda neste semestre, mas o fornecimento "depende muito do período da cadeia".

André de Paula destacou também que o impacto da decisão pode ir além do mercado europeu. Segundo ele, entre 10 e 18 países seguem regras sanitárias semelhantes às da UE e poderiam adotar medidas na mesma direção.

CNN

PUBLICIDADE LEGAL

stone

Stone Instituição de Pagamentos S.A.

CNPJ/MF nº 16.501.555/0001-57

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Balanço Patrimonial – Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 *(Em Milhares de Reais)*

Ativo	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades	1.999.740	1.339.686
Ativos financeiros		
Ao custo amortizado	**41.279.250**	**46.750.023**
Depósitos no Banco Central	3.203.601	4.594.527
Contas a receber de emissores	35.319.898	39.176.837
Contas a receber de emissores vinculadas a cessão	2.416.642	2.666.466
Rendas a receber	163.185	159.416
Dividendos a receber	567	1.860
Outros ativos financeiros	175.357	150.917
Ao valor justo por meio do resultado	**33.851.296**	**28.349.334**
Títulos e valores mobiliários	33.850.152	28.338.628
Instrumentos financeiros derivativos	1.144	10.706
Ativos não financeiros	**12.099.599**	**7.325.109**
Despesas antecipadas	331.835	272.847
Ativos fiscais	1.735.027	1.551.750
Outros ativos não financeiros	41.800	14.996
Investimentos	8.367.388	3.949.794
Imobilizado	1.550.862	1.460.174
Intangível	72.687	75.548
Total do Ativo	**89.229.885**	**83.764.152**

Passivo	30/06/2026	31/12/2025
Passivos financeiros		
Ao custo amortizado	**84.783.959**	**80.255.473**
Depósitos	2.399.839	3.947.248
Obrigações vinculadas a cessão	2.366.047	2.620.238
Obrigações vinculadas a sub-rogação	26.502.390	29.582.546
Valores a repassar a estabelecimentos	19.937.574	18.905.661
Obrigações por empréstimos	33.072.805	24.707.496
Passivos de arrendamento	10.763	15.214
Dividendos a pagar	5.317	5.317
Outros passivos financeiros	489.224	471.753
Ao valor justo por meio do resultado	**255.557**	**148.482**
Instrumentos financeiros derivativos	255.557	148.482
Passivos não financeiros	**981.115**	**1.047.380**
Obrigações fiscais	374.533	378.665
Provisão para contingências	154.748	134.256
Outros passivos	451.834	534.459
Patrimônio líquido	**3.209.254**	**2.312.817**
Capital social	1.389.445	1.389.445
Reserva de capital	748.157	711.982
Reserva legal	146.279	102.927
Reserva de lucros	1.017.651	193.968
Outros resultados abrangentes	(92.278)	(85.505)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**89.229.885**	**83.764.152**

Demonstração do Resultado – Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025 *(Em Milhares de Reais)*

	Semestre findo em 30/06/2026	Semestre findo em 30/06/2025
Receitas operacionais	**1.626.170**	**2.300.787**
Receita líquida de serviços de transações de pagamento e outros serviços	732.825	1.082.497
Receita líquida de aluguel de equipamentos	250.026	230.882
Receita líquida por antecipação de obrigações de transações de pagamento	643.319	987.408
Resultado da provisão de perda esperada de ativos financeiros	**(226.884)**	**(31.189)**
Provisão para perda esperada de transações de pagamento	(209.380)	(9.432)
Provisão para outras perdas esperadas	(17.504)	(21.757)
Resultado bruto da intermediação financeira	**389.645**	**690.448**
Resultado de depósitos no Banco Central e títulos e valores mobiliários	3.031.106	2.969.954
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(225.391)	(84.520)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(1.051.120)	(1.317.422)
Despesas com operações de empréstimos	(1.364.950)	(877.564)
Outras receitas (despesas) operacionais	**(2.856.532)**	**(2.609.141)**
Custo dos serviços prestados	(1.070.430)	(958.077)
Despesas de pessoal	(780.030)	(808.621)
Despesas administrativas	(386.912)	(370.226)
Depreciação e amortização	(304.548)	(237.198)
Despesas com provisões	(66.523)	(40.004)
Outras receitas operacionais	91.474	35.488
Outras despesas operacionais	(339.564)	(230.503)
Resultado operacional	**(1.067.602)**	**350.905**
Resultado de participação em controladas	1.572.157	169.970
Resultado não operacional	(20.887)	36.709
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	**483.669**	**557.584**
Imposto de renda e contribuição social	**413.451**	**(79.506)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	–	(48.313)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	413.451	(31.193)
Participações no lucro	(30.085)	(44.360)
Lucro líquido do período	**867.035**	**433.718**
Lucro líquido por ação (R$)	**1,28**	**0,64**

Demonstração do Resultado Abrangente – Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025 *(Em Milhares de Reais)*

	Semestre findo em 30/06/2026	Semestre findo em 30/06/2025
Lucro líquido do período	**867.035**	**433.718**
Outros resultados abrangentes	**(6.773)**	**30.438**
Itens que serão reclassificados para o resultado	**(6.773)**	**30.438**
Ganho não realizado de hedge de fluxo de caixa	(10.940)	46.119
Efeito tributário sobre item acima	4.167	(15.681)
Resultado abrangente do período	**860.262**	**464.156**

Demonstração das Mutações do Patrimonio Líquido – Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025 *(Em Milhares de Reais)*

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucro (prejuízo) acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.389.445**	**628.553**	**73.179**	**402.585**	**(130.920)**	**–**	**2.362.842**
Efeitos da adoção inicial da Resolução BCB nº 352/23	–	–	–	–	–	(67.840)	(67.840)
Saldos em 1 de janeiro de 2025	**1.389.445**	**628.553**	**73.179**	**402.585**	**(130.920)**	**(67.840)**	**2.295.002**
Pagamento baseado em ações	–	31.963	–	–	–	–	31.963
Efeito reflexo de pagamento baseado em ações de controladas	–	8.969	–	–	–	–	8.969
Ganho não realizado de hedge de fluxo de caixa, líquido de impostos	–	–	–	–	30.438	–	30.438
Lucro líquido do semestre	–	–	–	–	–	433.719	433.719
Reserva legal	–	–	18.294	–	–	(18.294)	–
Reserva de lucros	–	–	–	347.585	–	(347.585)	–
Saldos em 30 de junho de 2025	**1.389.445**	**669.485**	**91.473**	**750.170**	**(100.482)**	**–**	**2.800.091**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**1.389.445**	**711.982**	**102.927**	**193.968**	**(85.505)**	**–**	**2.312.817**
Pagamento baseado em ações	–	51.259	–	–	–	–	51.259
Efeito reflexo de pagamento baseado em ações de controladas	–	(15.084)	–	–	–	–	(15.084)
Perda não realizada de hedge de fluxo de caixa, líquida de impostos	–	–	–	–	(6.773)	–	(6.773)
Lucro líquido do semestre	–	–	–	–	–	867.035	867.035
Reserva legal	–	–	43.352	–	–	(43.352)	–
Reserva de lucros	–	–	–	823.683	–	(823.683)	–
Saldos em 30 de junho de 2026	**1.389.445**	**748.157**	**146.279**	**1.017.651**	**(92.278)**	**–**	**3.209.254**

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025 *(Em Milhares de Reais)*

	Semestre findo em 30/06/2026	Semestre findo em 30/06/2025
Lucro líquido do período	**867.035**	**433.718**
Ajustes ao lucro líquido:	**239.133**	**1.128.709**
Depreciação e amortização	304.548	237.194
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(413.451)	31.193
Resultado de participação em controladas	(1.572.157)	(169.970)
Resultado financeiro, líquido	1.513.131	1.147.291
Provisão para outras perdas esperadas	17.503	21.757
Provisão para contingências	63.054	42.907
Provisão para perda esperada de transações de pagamento	209.380	31.189
Provisão para perdas operacionais	3.469	(2.903)
Perda na baixa e alienação de bens	1.686	(19.394)
Variação cambial, líquida	(453)	12.823
Pagamento baseado em ações	66.412	82.815
Ajuste a valor justo de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	46.011	(286.193)
Variações nos ativos e passivos	**(5.053.785)**	**(14.331.865)**
Depósitos no Banco Central	1.390.926	6.244.555
Títulos e valores mobiliários	(5.511.524)	(14.683.575)
Instrumentos financeiros derivativos	(108.754)	69.176
Contas a receber de emissores	4.807.203	(5.812.101)
Contas a receber de emissores vinculadas a cessão	425.544	166.728
Rendas a receber	50.878	(79.973)
Pagamentos de contingências	(42.561)	(29.465)
Despesas antecipadas	(58.988)	(46.257)
Outros ativos financeiros	(407.451)	(4.103)
Outros ativos fiscais	(2.641)	63.570
Outros ativos não financeiros	(1.700)	(24.864)
Depósitos	(1.547.409)	(6.326.943)
Valores a repassar a estabelecimentos	357.676	(2.696.101)
Obrigações fiscais	257.802	(28.021)
Obrigações vinculadas a cessão	(254.191)	29.247
Obrigações vinculadas a sub-rogação	(3.080.156)	10.042.025
Juros pagos	(841.231)	(768.921)
Juros com cessão de recebíveis	(1.051.120)	(1.317.422)
Juros recebidos	674.236	1.052.299
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.185)	(57.769)
Outros passivos financeiros	17.471	(3.106)
Outros passivos não financeiros	(123.611)	(120.844)
Caixa líquido das atividades operacionais	**(3.947.983)**	**(12.769.438)**
Aquisição de imobilizado	(392.420)	(806.833)
Valor recebido pela venda de imobilizado	26.340	43.936
Aquisição de ativos intangíveis	(8.203)	(25.118)
Dividendos recebidos de controladas e coligadas	481.597	–
Aquisição de subsidiária	(3.340.768)	–
Redução (aumento) de capital em subsidiárias	(2.906)	(32.356)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(3.236.360)**	**(820.371)**
Captação de empréstimos	45.047.123	26.672.872
Pagamento de empréstimos	(37.205.533)	(13.328.546)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**7.841.590**	**13.344.326**
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa	2.806	3.289
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**660.054**	**(242.194)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.339.686	3.192.464
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1.999.740	2.950.270
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**660.054**	**(242.194)**

A Diretoria — **Camila Del Poente** – Contadora CRC 1SP 290.887/O-8

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.

Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL São Paulo

PUBLICIDADE LEGAL

stone

Stone Sociedade de Crédito Direto S.A.

CNPJ/MF nº 34.590.184/0001-09

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Balanço Patrimonial – Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 *(Em milhares de reais)*

Ativo	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades	79.488	18.400
Ativos financeiros		
Ao custo amortizado	**687.250**	**729.415**
Títulos e créditos a receber	155.000	600.000
Operações de crédito – CA	548.858	178.404
(-) Provisão para perda esperada	(90.874)	(52.333)
Outros ativos financeiros – CA	74.266	3.344
Ativos não financeiros	**24.147**	**15.837**
Despesas antecipadas	67	–
Ativos fiscais	23.122	15.453
Outros ativos não financeiros	958	384
Total do Ativo	**790.885**	**763.652**

Passivo	30/06/2026	31/12/2025
Passivos financeiros		
Ao custo amortizado	**13.340**	**4.276**
Outros passivos financeiros – CA	13.340	4.186
Dividendos a pagar	–	90
Passivos não financeiros	**19.710**	**17.268**
Provisão para contingências	770	855
Obrigações fiscais	11.976	6.247
Outros passivos	6.964	10.166
Patrimônio líquido	**757.835**	**742.108**
Capital social	651.000	651.000
Reserva de capital	1.699	1.305
Reserva legal	5.487	4.720
Reserva de lucros	99.649	85.083
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**790.885**	**763.652**

Demonstração dos Resultados – Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025 *(Em milhares de reais)*

	Semestre findo em 30/06/2026	Semestre findo em 30/06/2025
Resultado bruto da intermediação financeira	**59.216**	**28.592**
Operações de crédito	97.199	17.618
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	13.947	24.640
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(51.930)	(13.666)
Despesas de intermediação financeira	**(4.860)**	**(4.374)**
Despesas com operações de empréstimos e repasses	(1.355)	(2.343)
Despesas com venda ou de transferência de ativos financeiros	(3.505)	(2.031)
Outras receitas (despesas) operacionais	**(28.488)**	**(7.140)**
Despesas de pessoal	(22.843)	(7.943)
Despesas administrativas	(8.956)	(1.348)
Reversões (despesas) de provisões	(391)	(1.471)
Outras receitas (despesas) operacionais	3.702	3.622
Resultado operacional	**25.868**	**17.078**
Resultado não operacional	–	–
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**25.868**	**17.078**
Imposto de renda e contribuição social	**(8.587)**	**(6.301)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(16.294)	(8.963)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.707	2.662
Participações no lucro	(1.948)	–
Lucro líquido do período	**15.333**	**10.777**
Lucro líquido por ação (R$)	**0,024**	**0,017**

Demonstração das Mutações do Patrimonio Líquido – Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025 *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucro (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**651.000**	**1.114**	**4.248**	**77.162**	**–**	**733.524**
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21	–	–	–	–	(955)	(955)
Saldos em 1 de janeiro de 2025	**651.000**	**1.114**	**4.248**	**77.162**	**(955)**	**732.569**
Pagamento baseado em ações	–	(70)	–	–	–	(70)
Lucro líquido do semestre	–	–	–	–	10.777	10.777
Reserva legal	–	–	491	–	(491)	–
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	–	–
Reserva de lucros	–	–	–	9.331	(9.331)	–
Saldos em 30 de junho de 2025	**651.000**	**1.044**	**4.739**	**86.493**	**–**	**743.276**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**651.000**	**1.305**	**4.720**	**85.083**	**–**	**742.108**
Pagamento baseado em ações	–	394	–	–	–	394
Lucro líquido do semestre	–	–	–	–	15.333	15.333
Reserva legal	–	–	767	–	(767)	–
Reserva de lucros	–	–	–	14.566	(14.566)	–
Saldos em 30 de junho de 2026	**651.000**	**1.699**	**5.487**	**99.649**	**–**	**757.835**

Demonstração dos Resultados Abrangentes
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	Semestre findo em 30/06/2026	Semestre findo em 30/06/2025
Lucro líquido do período	**15.333**	**10.777**
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do período	**15.333**	**10.777**

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

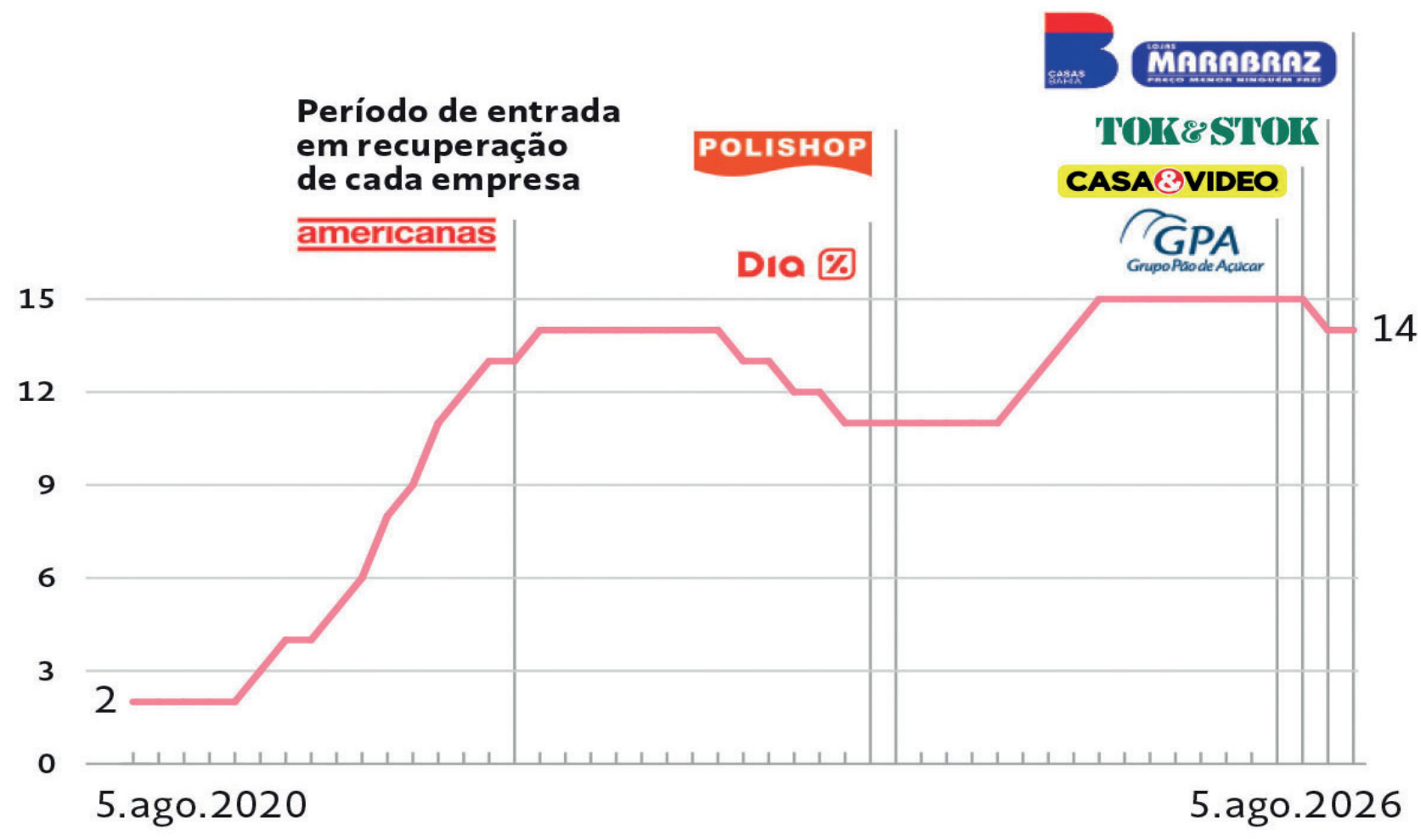
	Semestre findo em 30/06/2026	Semestre findo em 30/06/2025
Lucro líquido do período	**15.333**	**10.777**
Ajustes ao lucro (prejuízo):	**(52.186)**	**(5.630)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7.707)	(2.662)
Receitas financeiras, líquidas	(31)	(52)
Provisão para contingências	391	1.471
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	51.930	13.241
Juros acumulados não realizados	(97.199)	(17.618)
Pagamento baseado em ações	430	(10)
Variações nos ativos e passivos	**98.031**	**11.272**
Instrumentos financeiros	445.031	30.052
Operações de crédito	(273.255)	(31.298)
Outros ativos financeiros	(70.922)	3.957
Outros ativos fiscais	19	2.291
Outros ativos não financeiros	(574)	(1.228)
Pagamentos de contingências	(476)	(1.351)
Obrigações fiscais	17.646	10.823
Despesas antecipadas	(67)	–
Imposto de renda e contribuição social pagos	(11.898)	(8.487)
Outros passivos financeiros	9.154	2.680
Outros passivos não financeiros	(16.627)	3.833
Caixa líquido das atividades operacionais	**61.178**	**16.419**
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(90)	–
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(90)**	**–**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**61.088**	**16.419**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	18.400	23.034
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	79.488	39.453
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**61.088**	**16.419**

A Diretoria

Camila Del Poente
Contadora CRC 1SP 290.887/O-8

Recuperações judiciais e extrajudiciais no varejo

Taxa básica de juros, em % ao ano



Fonte: Banco Central

PUBLICIDADE LEGAL

Stone Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

CNPJ/MF nº 53.505.601/0001-12

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo Relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Balanço Patrimonial em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 *(Em milhares de reais)*

Ativo	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades	1.586.403	2.732.265
Ativos financeiros		
Ao custo amortizado	32.069.585	24.040.020
Títulos e valores mobiliários	32.559	30.434
Operações de crédito	30.268.961	23.267.321
(-) Provisão para perda esperada	(4.223)	(2.722)
Outros ativos financeiros	119	–
Depósitos no Banco Central	1.772.169	744.987
Ativos não financeiros	147.616	36.816
Despesas antecipadas	108.265	–
Ativos fiscais	39.200	36.597
Outros ativos não financeiros	151	219
Total do Ativo	33.803.604	26.809.101

Passivo	30/06/2026	31/12/2025
Passivos financeiros		
Ao custo amortizado	33.650.460	26.609.451
Depósitos	27.497.711	20.692.457
Recursos de aceites e emissão de títulos	5.655.321	5.421.086
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	492.246	492.215
Dividendos a pagar	11	1.128
Outros passivos financeiros	5.171	2.565
Passivos não financeiros	27.621	11.266
Obrigações fiscais	24.029	7.193
Provisão para contingências	2.793	2.476
Outros passivos	799	1.597
Patrimônio líquido	125.523	188.384
Capital social	70.042	70.042
Reserva de capital	1.098	784
Reserva legal	8.356	5.934
Reserva de lucros	46.027	111.624
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	33.803.604	26.809.101

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025 *(Em milhares de reais)*

	Semestre findo em 30/06/2026	Semestre findo em 30/06/2025
Lucro líquido do período	48.449	135.295
Ajustes ao lucro líquido:	(54.998)	(226.139)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(136)	(439)
Provisão para contingências	317	928
Resultado com operações de crédito	(1.377.480)	(987.397)
Despesa com juros sobre captações no mercado	1.321.680	761.683
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	1.501	–
Pagamento baseado em ações	(880)	(914)
Variações nos ativos e passivos	(7.494.412)	(13.208.369)
Títulos e valores mobiliários	(2.125)	–
Operações de crédito	(6.418.733)	(13.928.515)
Depósitos no Banco Central	(1.027.182)	–
Recursos de aceites e emissão de títulos	(750.000)	–
Outros ativos financeiros	(119)	–
Outros ativos não financeiros	68	(121)
Despesas antecipadas	(108.265)	–
Obrigações fiscais	32.370	81.356
Outros ativos fiscais	(2.208)	–
Juros recebidos	794.573	689.794
Outros passivos financeiros	2.606	1.438
Outros passivos não financeiros	396	1.487
Imposto de renda e contribuição social pagos	(15.793)	(53.808)
Caixa líquido das atividades operacionais	(7.500.961)	(13.299.213)
Captação de dívidas emitidas	121.984.591	102.141.605
Pagamento de principal das dívidas emitidas	(114.907.130)	(87.560.169)
Pagamento de juros das dívidas emitidas	(609.621)	(378.648)
Aumento de capital	–	16.759
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(112.741)	–
Caixa líquido das atividades de financiamento	6.355.099	14.219.547
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(1.145.862)	920.334
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	2.732.265	341.534
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1.586.403	1.261.868
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(1.145.862)	920.334

Demonstração dos Resultados Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025 *(Em milhares de reais)*

	Semestre findo em 30/06/2026	Semestre findo em 30/06/2025
Receitas de intermediação financeira	1.424.361	987.397
Receita com operações de crédito	1.377.480	987.397
Resultado das aplicações compulsórias	48.382	–
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(1.501)	–
Despesas de intermediação financeira	(1.334.660)	(768.387)
Despesas de captação	(1.334.660)	(768.387)
Outras receitas (despesas) operacionais	(5.919)	(5.988)
Despesas de pessoal	(5.365)	(3.002)
Despesas administrativas	(4.569)	(2.050)
Reversões (despesas) de provisões	(317)	(928)
Outras receitas (despesas) operacionais	4.332	(8)
Resultado operacional	83.782	213.022
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	83.782	213.022
Imposto de renda e contribuição social	(34.078)	(77.614)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(34.214)	(78.053)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	136	439
Participações no lucro	(1.255)	(113)
Lucro líquido do período	48.449	135.295
Lucro líquido por ação (R$)	0,93	3,38

Demonstração dos Resultados Abrangentes Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025 *(Em milhares de reais)*

	Semestre findo em 30/06/2026	Semestre findo em 30/06/2025
Lucro líquido do período	48.449	135.295
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do período	48.449	135.295

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025 *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucro (prejuízo) acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	23.241	–	–	–	(19.689)	3.552
Aumento de capital	16.759	–	–	–	–	16.759
Pagamento baseado em ações	–	60	–	–	–	60
Lucro líquido do semestre	–	–	–	–	135.295	135.295
Destinação do lucro líquido do período:						
Reserva legal	–	–	5.780	–	(5.780)	–
Reserva de lucros	–	–	–	109.826	(109.826)	–
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	–	–
Saldos em 30 de junho de 2025	40.000	60	5.780	109.826	–	155.666
Saldos em 31 de dezembro de 2025	70.042	784	5.934	111.624	–	188.384
Pagamento baseado em ações	–	314	–	–	–	314
Distribuição de dividendos de anos anteriores	–	–	–	(111.624)	–	(111.624)
Lucro líquido do semestre	–	–	–	–	48.449	48.449
Destinação do lucro líquido do período:	–	–	–	–	–	–
Reserva legal	–	–	2.422	–	(2.422)	–
Reserva de lucros	–	–	–	46.027	(46.027)	–
Saldos em 30 de junho de 2026	70.042	1.098	8.356	46.027	–	125.523

A Diretoria — **Camila Del Poente** – Contadora CRC 1SP 290.887/O-8

Eco Grêmio Esportivo e Cultural

CNPJ/MF nº 03.983.881/0001-04

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

Convocação: A requerimento de 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários, ficam convocados todos os associados do **Eco Grêmio Esportivo e Cultural**, associação civil inscrita no CNPJ sob o nº 03.983.881/0001-04 ("Associação"), para participar da Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), nos termos da Cláusula 10ª, alínea "b", e da Cláusula 11ª do Estatuto Social, a realizar-se no dia 28 de agosto de 2026, às 10 (dez) horas, na sede da Associação, localizada na Avenida Gerônimo de Camargo, 2000, Ressaca, Atibaia/SP, CEP 12.944- 000. **Instalação:** A AGE será instalada, em **primeira convocação**, mediante a presença da maioria dos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários, e, em **segunda convocação**, 01 (uma) hora após, com qualquer número de associados presentes, conforme disposto nas Cláusulas 13ª e 14ª do Estatuto Social. **Ordem do Dia**: (1) Eleição de novos membros da Diretoria Executiva: eleição e posse dos membros que comporão a Diretoria Executiva da Associação (Diretor Presidente, Diretor Tesoureiro, Diretor Administrativo e Diretor de Esportes e Eventos), nos termos das Cláusulas 16ª, alínea "a", e 21ª do Estatuto Social, com mandato de 02 (dois) anos a partir da data da posse. (2) Reforma do Estatuto Social para alteração da Cláusula 6ª, § 1º, "a", do Estatuto Social, com o objetivo de atualizar o rol de empresas do Grupo DEKRA no Brasil cujos colaboradores podem se tornar membros, em razão da alteração na composição societária do grupo no Brasil, para: (i) excluir Checkauto Consultoria Técnica e Informações Veiculares Ltda. (CNPJ nº 00.305.974/0001-83) e Dekra Vistorias e Serviços Ltda. (CNPJ nº 67.972.679/0001-51), que não integram mais o Grupo DEKRA no Brasil; e (ii) substituir a menção a DEKRA Certification por Dekra Testing, Inspection & Certification Ltda. (CNPJ nº 57.473.707/0001-32), que passou a integrar o Grupo DEKRA no Brasil. Na AGE somente serão tratados os assuntos constantes desta Ordem do Dia, nos termos da Cláusula 12ª do Estatuto Social. As deliberações serão tomadas por meio de voto, podendo ser adotado o sistema de aclamação, votação simbólica ou escrutínio secreto, conforme aprovação da Assembleia, nos termos da Cláusula 15ª do Estatuto Social. A presente convocação é realizada mediante edital afixado na sede da Associação e publicado por meio eletrônico ou em jornal de grande circulação na localidade da sede, observando-se antecedência mínima de 10 (dez) dias para sua instalação, como previsto na Cláusula 11ª do Estatuto Social. Atibaia/SP, 18 de agosto de 2026.

ASSOCIAÇÃO DOS LOJISTAS DO CENTER NORTE

CNPJ/MF nº 10.302.473/0001-05

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Eu, Guilherme de Brito Marini, na qualidade de Presidente do Conselho Deliberativo da Associação dos Lojistas do Center Norte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.302.473/0001-05, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Travessa Casalbuono, nº 120, Vila Guilherme, CEP 02089-900 ("Associação"), venho, nos termos do artigo 11 do Estatuto Social, **convocar os associados para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia 31 de agosto de 2026, em primeira convocação, às 11h[, e, em segunda convocação, às 11:30h**, com qualquer número de presentes], na sede da Associação, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (a) em Pauta Ordinária: (i) a aprovação das contas e do balanço contábil anual da Associação (inclusive do Conselho Diretor), referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, nos termos dos artigos 11 e 24, parágrafo 1º, do Estatuto Social; e (ii) a aprovação do orçamento anual da Associação para o exercício de 2026; e (b) em Pauta Extraordinária: (i) a formalização e a homologação da renúncia da Sra. Priscila Viana Azevedo, apresentada em 30 de março de 2026, ao cargo de membro do Conselho Diretor da Associação, conforme consignado na Ata de Reunião do Conselho Deliberativo e Diretoria realizada em 27 de abril de 2026; (ii) a formalização e a homologação da renúncia do Sr. Maurício José Consani Ferro, apresentada em 03 de agosto de 2026, ao cargo de membro do Conselho Diretor da Associação, restando prejudicado o impedimento temporário consignado no item 5.2 da Ata referida no item (i) acima; (iii) a ratificação da autorização, concedida em caráter excepcional e temporário, para que a Associação fosse representada isoladamente pelo Presidente do Conselho Diretor, o Sr. Guilherme de Brito Marini, nos termos do artigo 23 do Estatuto Social, bem como a ratificação de todos os atos por ele praticados individualmente desde 27 de abril de 2026 até a data desta Assembleia; (iv) a eleição de 2 (dois) membros do Conselho Diretor da Associação, em substituição à Sra. Priscila Viana Azevedo e ao Sr. Maurício José Consani Ferro, para cumprimento do prazo remanescente do mandato em curso, que se encerra em 27 de março de 2027, nos termos do artigo 22, §2º do Estatuto Social; (v) a consignação de que, a partir da posse dos membros eleitos na forma do item (iv) acima, a Associação voltará a ser representada nos termos do artigo 23 do Estatuto Social, cessando de pleno direito a autorização excepcional e temporária de representação isolada de que trata o item (iii) acima; e (vi) a aprovação do Programa Anual do Fundo de Promoção do Center Norte para o exercício de 2026, conforme proposto pelo Conselho Diretor e aprovado pelo Conselho Deliberativo.

Informamos que a Ata de Reunião do Conselho Deliberativo e Diretoria de 27 de abril de 2026, as cartas de renúncia mencionadas nos itens (i) e (ii), a proposta de Programa Anual do Fundo de Promoção do Center Norte de que trata o item (vi) e os demais documentos relativos à ordem do dia encontram-se à disposição dos associados na sede da Associação, no horário comercial, a partir desta data.

São Paulo, 13 de agosto de 2026.

Guilherme de Brito Marini - Presidente do Conselho Deliberativo

Cotação das Moedas

Coroa (Suécia) - 0,546
Dólar (EUA) - 5,2043
Franco (Suíça) - 6,41
Iene (Japão) - 0,03261
Libra (Inglaterra) - 7,0492
Peso (Argentina) - 0,003486
Peso (Chile) - 0,005633
Peso (México) - 0,3053
Peso (Uruguai) - 0,1293
Yuan (China) - 0,7719
Rublo (Rússia) - 0,06123
Euro (Unidade Monetária Europeia) - 6,0271

PUBLICIDADE LEGAL

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC - R$ 5,2037 / R$ 5,2043 **
Câmbio livre mercado - R$ 5,2197 / R$ 5,2217 *
Turismo - R$ 5,2414 / R$ 5,4214
(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central
Variação do câmbio livre mercado no dia: +0,43%

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: -0,27%
Pontos: 166.334
Volume financeiro: R$ 21,779 bilhões
Maiores altas: Hapvida ON (+3,04%), Totvs ON (+2,00%), Vibra ON (+1,63%)
Maiores baixas: C&A ON (-5,87%), Petrorecôncavo ON (-5,22%), Renner ON (-3,45%)
S&P 500 (Nova York): -0,69%
Dow Jones (Nova York): -0,22%
Nasdaq (Nova York): -1,33%
CAC 40 (Paris): -0,82%
Dax 30 (Frankfurt): -0,8%
Financial 100 (Londres): 0,07%
Nikkei 225 (Tóquio): -2,54%
Hang Seng (Hong Kong): 0,07%
Shanghai Composite (Xangai): 0,19%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): -0,34%
Merval (Buenos Aires): nan%
IPC (México): -0,5%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
IPCA/IBGE
Julho 2025: 0,26%
Agosto 2025: -0,11%
Setembro 2025: 0,48%
Outubro 2025: 0,09%
Novembro 2025: 0,18%
Dezembro 2025: 0,33%
Janeiro 2026: 0,33%
Fevereiro 2026: 0,70%
Março 2026: 0,88%
Abril 2026: 0,67%
Maio 2026: 0,81%
Junho 2026: 0,16%
Julho 2026: 0,07%

ICL América do Sul S.A.

CNPJ nº 60.398.138/0001-12

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2025 e 31/12/2024. A Diretoria

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2025 E 2024 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	232.380	355.031	339.690	424.960
Contas a receber de clientes	1.751.747	1.671.817	1.900.397	1.867.636
Estoques	858.574	813.443	1.164.498	1.038.725
Impostos a recuperar	247.407	199.522	309.850	257.102
IRPJ e CSLL a recuperar	7.375	7.611	7.535	7.611
Despesas antecipadas	28.267	16.030	26.930	87.324
Instrumentos financeiros derivativos	1.169	7.519	2.854	1.751
Outras contas a receber – Partes Relacionadas	33.214	33.652	4	604
Outras contas a receber	–	–	35.219	34.693
Total Ativo circulante	**3.160.134**	**3.104.625**	**3.786.977**	**3.720.406**
Não circulante				
Contas a receber de clientes	188	1.428	291	1.537
Impostos a recuperar	5.077	2.815	7.722	6.952
IRPJ e CSLL diferidos	71.087	104.356	71.087	104.356
Depósitos judiciais e outras contas a receber	5.322	2.796	23.602	20.471
Total do realizável a longo prazo	**81.674**	**111.395**	**102.702**	**133.316**
Investimentos	1.499.918	1.566.797	–	–
Imobilizado	731.051	676.385	906.497	863.535
Intangível	116.309	97.409	1.494.620	1.532.401
Total do ativo não circulante	**2.428.953**	**2.451.986**	**2.503.819**	**2.529.252**
Total ativo	**5.589.086**	**5.556.611**	**6.290.796**	**6.249.658**

Passivo	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Circulante				
Fornecedores	323.817	660.595	579.681	802.907
Impostos e contribuições sociais a recolher	23.166	23.984	52.438	50.344
Impostos parcelados	726	976	726	976
IRPJ e CSLL a recolher	–	4.155	155	11.540
Salários e encargos sociais	48.038	59.317	60.911	72.449
Arrendamentos	25.872	15.510	51.843	36.478
Adiantamentos de clientes	8.937	15.171	10.702	16.703
Instrumentos financeiros derivativos	327	1.441	327	1.279
Outras operações a pagar – Partes relacionadas	1.037.045	733.757	1.054.836	822.306
Outras contas a pagar	194.323	176.559	243.774	244.507
Total Passivo circulante	**1.662.250**	**1.691.465**	**2.055.393**	**2.059.489**
Passivo não circulante				
Impostos parcelados	2.022	2.540	2.022	2.540
IRPJ e CSLL diferidos	–	–	19.832	13.176
Provisão para demandas judiciais	26.220	26.439	30.939	32.279
Arrendamentos	34.882	43.026	48.146	77.490
Mútuo com partes relacionadas	2.063.945	2.063.945	2.327.545	2.327.545
Dividendos a Pagar	255.879	–	255.879	–
Outras contas a pagar	13.814	61.438	20.967	69.381
Total passivo não circulante	**2.396.762**	**2.197.388**	**2.705.330**	**2.522.411**
Patrimônio líquido				
Capital social	1.387.465	1.387.465	1.387.465	1.387.465
Reservas de capital	(11.654)	(11.654)	(11.654)	(11.654)
Reserva de lucros	111.113	250.580	111.113	250.580
Ajustes de avaliação patrimonial	43.150	41.367	43.150	41.367
Total patrimônio líquido	**1.530.074**	**1.667.758**	**1.530.074**	**1.667.758**
Total do passivo e patrimônio líquido	**5.589.086**	**5.556.611**	**6.290.796**	**6.249.658**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receita líquida	3.484.921	3.286.723	4.315.799	4.158.947
Custo dos produtos vendidos	(2.409.524)	(2.158.183)	(2.992.418)	(2.688.660)
Lucro bruto	**1.075.397**	**1.128.540**	**1.323.381**	**1.470.287**
(Despesas)/receitas operacionais				
Despesas gerais e administrativas	(47.110)	(122.483)	(136.227)	(208.350)
Despesas de vendas	(460.332)	(470.670)	(487.662)	(500.289)
Fretes sobre vendas e armazenagem	(216.767)	(201.168)	(242.708)	(232.436)
Pesquisa e desenvolvimento	(14.908)	(11.428)	(18.915)	(14.671)
Resultado da equivalência patrimonial	46.627	96.948	–	–
Outras (despesas)/receitas	19.363	22.804	19.524	7.705
Lucro antes do resultado financeiro	**402.270**	**442.543**	**457.393**	**522.246**
Receitas financeiras	30.472	44.112	84.796	81.261
Despesas financeiras	(311.830)	(223.967)	(393.137)	(298.203)
Desp. de variação cambial, líquidas	18.201	(27.451)	16.376	(27.296)
Resultado financeiro líquido	**(263.157)**	**(207.306)**	**(291.965)**	**(244.238)**
Lucro antes do IRPJ e CSLL	**139.113**	**235.237**	**165.428**	**278.008**
IRPJ e CSLL				
Corrente	157	(4.159)	(19.503)	(68.445)
Diferido	(34.895)	(45.930)	(41.550)	(24.415)
Lucro líquido do exercício	**104.375**	**185.148**	**104.375**	**185.148**

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social: Capital subscrito	Reserva de capital: (–) Gastos com emissão de ações	Reserva de lucros: Incentivos fiscais	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Lucros retidos	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2024	**1.351.128**	**(11.654)**	**6.201**	**56.564**	**33.135**	**–**	**42.901**	**1.478.276**
Resultados abrangentes do exercício								
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	185.148	–	185.148
Valor justo – derivativos	–	–	–	–	–	–	(883)	(883)
Total de resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**185.148**	**(883)**	**184.265**
Transações com acionistas, distribuições e constituições de reservas								
Incentivos Fiscais	–	–	11	–	–	(11)	–	–
Reserva Legal	–	–	–	9.257	–	(9.257)	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios 25% – 2024	–	–	–	–	–	(43.970)	–	(43.970)
Dividendos pagos	–	–	–	–	(31.121)	–	–	(31.121)
Aumento de capital	36.337	–	–	–	–	–	–	36.337
Reserva de retenção de lucro	–	–	–	–	176.533	(132.561)	–	43.972
Realização de avaliação patrimonial por depreciação e baixa de imobilizado líquida de efeitos tributários	–	–	–	–	–	651	(651)	–
Total das transações com acionistas, distribuições e constituições de reservas	**36.337**	**–**	**11**	**9.257**	**145.412**	**(185.148)**	**(651)**	**5.216**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**1.387.465**	**(11.654)**	**6.212**	**65.821**	**178.547**	**–**	**41.367**	**1.667.758**
Resultados abrangentes do exercício								
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	104.375	–	104.375
Valor justo – derivativos	–	–	–	–	–	–	687	687
Total de resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**104.375**	**687**	**105.062**
Transações com acionistas, distribuições e constituições de reservas								
Reserva legal	–	–	–	5.219	–	(5.219)	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios 25% – 2025	–	–	–	–	–	(24.789)	–	(24.789)
Dividendos complementares a distribuir 2025	–	–	–	–	(55.211)	–	–	(55.211)
Dividendos complementares a distribuir 2024					(175.880)	–	–	(175.880)
Reserva de retenção de lucro	–	–	–	–	86.405	(73.271)	–	13.134
Realização de avaliação patrimonial por depreciação e baixa de imobilizado líquida de efeitos tributários	–	–	–	–	–	(1.096)	1.096	–
Total das transações com acionistas, distribuições e constituições de reservas	**–**	**–**	**–**	**5.219**	**(144.686)**	**(104.375)**	**1.096**	**(242.746)**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**1.387.465**	**(11.654)**	**6.212**	**71.040**	**33.861**	**–**	**43.150**	**1.530.074**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Lucro líquido do exercício	104.375	185.148	104.375	185.148
Valor justo – derivativos, líquido de impostos	687	(883)	687	(883)
Total do resultado abrangente para o exercício	**105.062**	**184.265**	**105.062**	**184.265**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais:				
Lucro líquido do exercício	**104.375**	**185.148**	**104.375**	**185.148**
Ajustes por:				
Depreciação e amortização	102.197	102.857	135.193	136.763
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	78.706	143.381	78.603	144.095
Juros, ganhos e perdas cambiais e instrumentos financeiros, líquidos	212.838	207.721	246.738	248.063
Provisão para demandas judiciais	(219)	2.239	(34)	526
Resultado da equivalência patrimonial	(46.627)	(96.948)	–	16.983
(Reversão)/Provisão de contas a pagar	1.034	17.470	(40.446)	(51.023)
Perdas/(Ganho) na alienação de imobilizado	512	451	512	497
IRPJ e CSLL diferidos	33.269	45.930	(50.993)	24.415
Efeito do ajuste a valor presente – clientes	111	2.469	111	2.469
(Reversão)/Provisão para obsolescência dos estoques	(11.521)	(9.565)	(6.609)	(5.871)
	474.675	**601.153**	**467.451**	**702.065**
Decréscimos/(acréscimos) em ativos:				
Estoques	(33.610)	(226.554)	(119.163)	(249.040)
Contas a receber	(157.507)	(263.959)	(110.228)	(258.385)
Partes relacionadas	–	–	600	(73)
Impostos a recuperar	(48.724)	(78.458)	(52.259)	(95.764)
Outros ativos	(73.081)	(42.007)	17.425	(120.805)
(Decréscimos)/acréscimos em passivos:				
Fornecedores e cessão de créditos por fornecedores	(347.185)	228.425	(192.152)	284.781
Partes relacionadas	(1.139)	(1.250)	(0)	(1.251)
Impostos a pagar	(7.950)	(352)	(29.779)	(64.846)
Outros passivos	52.060	58.172	45.317	101.699
Pagamentos contingentes relacionados a combinações de negócios	(20.813)	(62.000)	–	–
Caixa proveniente das atividades operacionais	**(163.274)**	**213.170**	**27.212**	**298.381**
IRPJ e CSLL, pagos	2.976	–	20.488	63.998
Caixa líquido (usado) / proveniente das atividades operacionais	**(160.298)**	**213.170**	**47.700**	**362.379**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de Ativo imobilizado e intangível	(84.960)	(92.847)	(142.883)	(286.803)
Recebimento por venda de ativo imobilizado	109	(263)	71.774	10.718
Dividendos recebidos	55.997	121.200	–	–
Aquisições de controlada, líquido de caixa adquirido	–	(110.000)	–	1.116
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**(28.854)**	**(81.910)**	**(71.109)**	**(274.969)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos pagos	–	(31.121)	–	(31.121)
Aumento de capital	–	36.337	–	36.337
Pagamento de passivos de arrendamento	(33.162)	(30.089)	(61.861)	(58.011)
Pgto. de mútuo com partes relacionadas	(70.338)	(60.000)	–	(60.000)
Captação de mútuo com partes relacionadas	170.000	132.673	–	132.673
Caixa líquido usado / (proveniente) nas atividades de financiamento	**66.500**	**47.800**	**(61.861)**	**19.878**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**(122.651)**	**179.060**	**(85.270)**	**107.288**
Variação em caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	355.031	175.971	424.960	317.672
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	232.380	355.031	339.690	424.960
	(122.651)	**179.060**	**(85.270)**	**107.288**

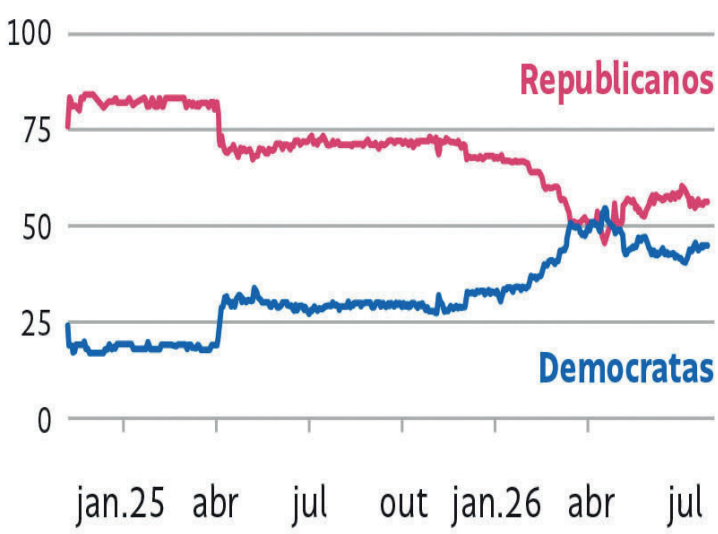
ADMINISTRAÇÃO

Alfredo Kober Neto - *Presidente*
Eduardo Menegario - *Vice-presidente de Finanças*
Rodrigo Haruo Hernandez - *Controller*
Contador - Julio Issao Miyamoto - CRC 1SP-266144/O-9

As demonstrações financeiras completas estão disponíveis na sede da Companhia e no site do Jornal Data Mercantil.

Diferença entre chances dos partidos de controlar o Senado diminuiu significativamente neste ano

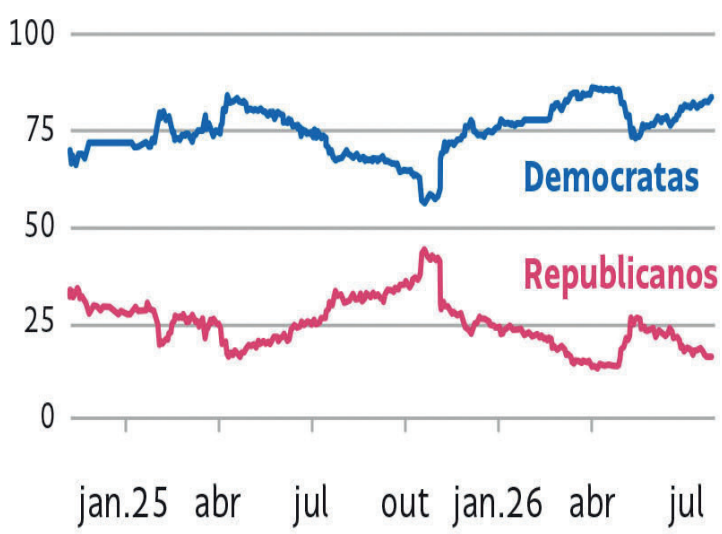
Chances estimadas de controle do Senado após as eleições de meio de mandato, em %



Fonte: Kalshi • Dados até 27 de julho

Chances de os democratas controlarem a Câmara permanecem elevadas no mercado de previsões Kalshi

Chances estimadas de controle da Câmara após as eleições de meio de mandato, em %



Fonte: Kalshi • Dados até 27 de julho

PUBLICIDADE LEGAL

Rox Partner Serviços e Consultoria de Informática S.A.

CNPJ/MF nº 31.665.387/0001-29

Mensagem da Administração

A Administração da Rox Partner Serviços e Consultoria de Informática S.A. apresenta aos seus acionistas as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Governança, Estratégia e Investimentos:** Em 2024, a Companhia manteve sua estratégia de crescimento sustentável, com investimentos no fortalecimento da governança corporativa, controles internos, segurança da informação, infraestrutura tecnológica e desenvolvimento de pessoas, buscando maior eficiência e solidez operacional. **Desempenho Econômico-Financeiro:** O exercício foi marcado pelo fortalecimento das operações e pela evolução dos processos de gestão, com disciplina na alocação de recursos, controle de custos e foco na eficiência operacional, contribuindo para a sustentabilidade e o desenvolvimento da Companhia. **Agradecimentos:** A Administração agradece aos colaboradores, clientes, fornecedores, parceiros e acionistas pela confiança e contribuição ao longo de 2024, fundamentais para a continuidade da trajetória de crescimento da Rox Partner.

Balanços Patrimoniais dos Períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em Milhares de Reais)*

Ativo	**dez-24**	**dez-23**
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3.499.792	2.611.796
Contas a receber de clientes	5.151.620	3.843.535
Outros créditos	2.867	
Tributos a Recuperar	205.061	128.162
Despesas Antecipadas	–	8.092
Partes Relacionadas CP	11.915.417	11.929.006
Total do ativo circulante	**20.774.756**	**18.520.591**
Não circulante		
Imobilizado	884.035	720.391
Intangível	2.048.977	2.078.522
Total do ativo não circulante	**2.933.011**	**2.798.913**
Total do ativo	**23.707.767**	**21.319.504**
Passivo	**dez-24**	**dez-23**
Circulante		
Tributos a recolher	956.596	754.153
Encargos Sociais	39.944	38.094
Contas a pagar	1.581.631	1.437.348
Arrendamentos	347.728	136.854
Obrigações Trabalhistas	535.643	245.832
Total do passivo circulante	**3.461.543**	**2.612.281**
Não circulante		
Contas a pagar LP	–	200.469
Empréstimos a pagar	1.000.000	–
Total do passivo não circulante	**1.000.000**	**200.469**
Patrimônio líquido		
Capital Social	1.000.185	1.000.185
Reservas de Capital	10.724.692	10.724.692
Lucros distribuidos antecipadamente	(2.805.524)	–
Reservas de Lucros	6.781.877	2.977.544
Resultado do Exercício	3.544.995	3.804.333
	19.246.224	**18.506.754**
Total do passivo + patrimônio líquido	**23.707.767**	**21.319.504**

Demonstrações dos Resultados dos Períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em Milhares de Reais)*

	dez-24	**dez-23**
Receita líquida	**27.829.495**	**19.540.533**
Serviços Prestados – Mercado Interno	29.408.849	20.523.487
Serviços Prestados – Mercado Externo	386.995	–
Provisão de receita	(7.759)	381.623
(-) PIS/COFINS/ISS	(1.958.590)	(1.364.577)
Lucro Bruto	**27.829.495**	**19.540.533**
Outros Resultados Operacionais	**41.604**	**4.250**
Outras receitas	41.604	4.250
Despesas Operacionais	**(21.120.655)**	**(13.591.574)**
Com pessoal	(4.196.218)	(3.803.087)
Ocupação	(206.461)	(168.995)
Viagens	(60.724)	(56.549)
Serviços terceiros – PJ	(14.708.550)	(7.607.712)
Utilidades e serviços	(89.307)	(109.855)
Depreciações e amortizações	(769.672)	(700.209)
Despesas gerais	(635.001)	(543.011)
Tributárias	(24.189)	(18.493)
Outras despesas não dedutíveis	(554.044)	(640.948)
Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	123.511	57.286
Outras despesas operacionais	**(9)**	**–**
Perdas na alienação de imobilizado	(9)	–
Lucro (Prejuízo) operacional antes do	**6.750.436**	**5.953.209**
Resultado financeiro	**81.378**	**114.061**
Despesas Financeiras	(80.051)	(40.458)
Receitas Financeiras	161.429	154.520
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**6.831.814**	**6.067.270**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(3.286.819)**	**(2.262.937)**
IR/CSLL – corrente	(3.286.819)	(2.262.937)
Lucro (Prejuízo) do exercício	**3.544.995**	**3.804.333**

Demonstração de Fluxo de Caixa *(Em Milhares de Reais)*

	2024	**2023**
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**3.544.995**	**3.804.333**
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa		
Depreciação e Amortização (Nota 8)	562.642	711.144
Provisão de Receitas (Nota 15)	(1.360.439)	(381.623)
Depreciação do direito de uso – IFRS 16	212.260	–
Apropriação de juros sobre passivo de arrendamento – IFRS 16	23.031	–
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(123.511)	(57.286)
	2.858.978	**4.076.569**
Variações no capital circulante		
Contas a receber de clientes	175.865	(916.679)
Outros créditos	(2.867)	68.725
Tributos a Recuperar	(76.899)	(98.886)
Despesas Antecipadas	8.092	74.396
Partes Relacionadas	13.590	–
Tributos a recolher	(1.668.190)	(166.193)
Encargos Sociais	1.850	1.832
Contas a pagar	(119.140)	319.971
Arrendamentos	187.843	(174.903)
Obrigações Trabalhistas	289.811	27.490
Empréstimos a pagar	1.000.000	–
	(190.045)	**(864.246)**
Caixa gerado nas operações		
Juros pagos	62.954	31.691
Imposto de renda e contribuição social pagos	1.870.634	370.562
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**1.933.588**	**402.254**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado (Nota 8)	(497.762)	(121.272)
Recursos provenientes de venda de imobilizado	(112.289)	28.974
Aquisição de ativos intangíveis (Nota 8)	(298.950)	(374.601)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**(909.001)**	**(466.899)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia	(2.805.524)	(2.316.500)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(2.805.524)	(2.316.500)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa e contas garantidas	887.996	831.178
Caixa e equivalentes de caixa e contas garantidas no início do exercício	**2.611.796**	**1.780.618**
Caixa e equivalentesde caixa e no final do exercício (Nota 4)	**3.499.792**	**2.611.796**

Marcos Vinicius Bastos Teixeira
Diretor CPF: 220.587.928-66

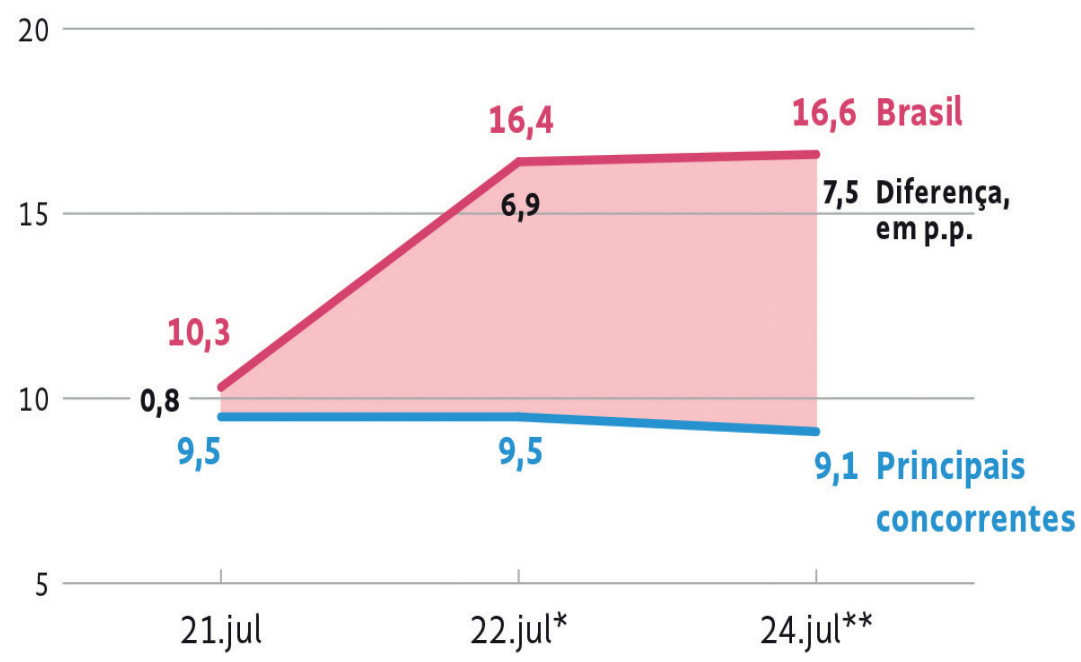
IRKO BPS Assessoria Contábil Ltda.
CNPJ: 46.893.334/0001-32 – CRC SP: 2SP 04.552-0

Pier Paolo Atti – Contador
CPF: 132.289.328-42 – CRC SP -154.001/O-0

As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia.

Diferença de tarifas do Brasil ante concorrentes salta a 7,5% após novas sobretaxas

Tarifa efetiva média cobrada pelos Estados Unidos a produtos importados, em %



* Tarifa de 25% exclusiva para o Brasil entra em vigor
** Tarifas de 10% expiram; entra em vigor sobretaxa de 12,5%

Fonte: MB Associados

Ibovespa Futuro Recua e Dólar Supera R$ 5,20 com Disparada dos Treasuries nos EUA

O estresse nos mercados globais ganhou tração nas primeiras horas de negócio deste dia 18 de agosto de 2026. O contrato futuro do Ibovespa recuou firme na B3, enquanto o dólar comercial renovou máximas ao ser negociado acima do patamar de R$ 5,20. O motor central desse ajuste é a disparada nos rendimentos dos Treasuries — os títulos públicos do governo dos Estados Unidos.

Com as taxas das Treasuries atingindo seus níveis mais altos do ano, o custo de oportunidade global sofre uma forte recalibragem. Grandes fundos de investimento e alocadores institucionais reduzem a exposição a ativos de maior risco em países emergentes, como o Brasil, para garantir retornos expressivos e seguros em dólar na renda fixa americana.

Esse fluxo de saída de capital estrangeiro pressiona diretamente o real. A desvalorização da moeda brasileira eleva o custo de insumos importados para a indústria nacional, reacendendo o alerta sobre o repasse inflacionário nos preços ao consumidor final.

O ambiente de aversão externa ao risco encontra um mercado doméstico já bastante sensível ao nível das taxas de juros. Com a taxa Selic mantida no nível de 14% ao ano pelo Banco Central do Brasil para conter as expectativas inflacionárias, o crédito para as companhias locais segue custoso, comprimindo margens operacionais e desacelerando investimentos produtivos.

No pregão da B3, o recuo do Ibovespa futuro afeta principalmente empresas do setor de consumo, varejo e tecnologia, cujas avaliações de mercado (valuations) são mais penalizadas pela alta da curva de juros futuros. Em contrapartida, empresas exportadoras de commodities e geradoras de receita em dólar encontram relativo suporte nas cotações, amenizando um recuo ainda mais severo do índice de referência.

Para proteger a carteira de investimentos e gerenciar o risco em momentos de alta do dólar e recuo das ações, considere as seguintes estratégias:

Mantenha Proteção Cambial (Hedge): Alocações em ativos atrelados ao dólar ou em fundos internacionais ajudam a mitigar as perdas da parcela de renda variável doméstica em momentos de desvalorização do real.

Aproveite a Liquidez Pós-Fixada: Diante da manutenção da Selic a 14% ao ano, mantenha a reserva de oportunidade em títulos pós-fixados de alta liquidez (como Tesouro Selic) para realizar aportes táticos em ações durante fortes correções do mercado.

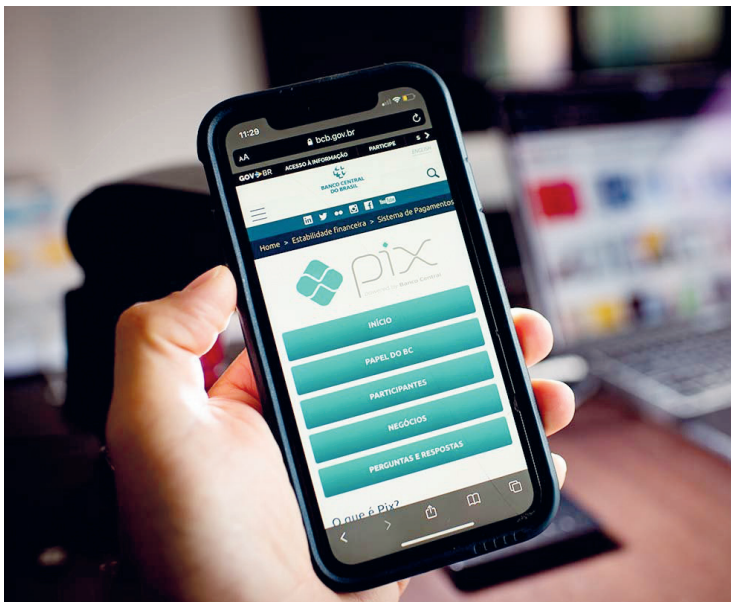
Priorize Empresas Exportadoras e Desalavancadas: Companhias com receita atrelada a moedas fortes e baixos níveis de endividamento em CDI enfrentam ciclos de instabilidade global com maior resiliência de caixa.

Evite Giro Excessivo de Carteira: Movimentos bruscos impulsionados por ruídos de curto prazo costumam gerar perdas definitivas de capital. Avalie a qualidade dos fundamentos das empresas antes de tomar decisões de venda.

IstoÉDinheiro

PUBLICIDADE LEGAL

Pix Mais Rígido: As Regras do Banco Central que Impõem Limites e Aumentam a Segurança em 2026



O Pix consolidou-se como o principal meio de pagamento do Brasil, movimentando trilhões de reais anualmente. Contudo, a massificação do sistema trouxe como efeito colateral a evolução de abordagens criminosas, com destaque para a engenharia social, o roubo de aparelhos e a invasão de contas via cadastros em dispositivos não autorizados. Para estancar o avanço dessas fraudes, o Banco Central do Brasil estabeleceu protocolos rigorosos de segurança técnica que vinculam a conta bancária ao hardware do cliente. A estratégia ataca diretamente a atuação de fraudadores que obtêm credenciais de acesso (como senhas e dados pessoais), mas não possuem o celular físico rotineiramente utilizado pela vítima para validar a transação.

A imposição de limites financeiros para dispositivos não reconhecidos cria uma camada de proteção prévia, reduzindo o potencial de prejuízo em invasões e dando tempo para que os sistemas de prevenção de fraude dos bancos detectem movimentações atípicas antes da conclusão dos repasses.

O protocolo regulatório do Banco Central define limites operacionais claros para o uso do ecossistema de pagamentos instantâneos:

Teto por Operação em Aparelhos Não Cadastrados: Transferências iniciadas em um smartphone ou computador que não conste na lista de dispositivos confiáveis do cliente ficam restritas ao valor máximo de R$ 200 por transação.

Teto Diário Acumulado: O somatório de todas as operações Pix realizadas em um único dia por um aparelho não cadastrado não pode ultrapassar o valor de R$ 1.000.

Mecanismo Especial de Devolução (MED 2.0): As instituições parceiras do sistema devem utilizar marcações cautelares mais rápidas no DICT quando houver suspeita de fraude, bloqueando os recursos mantidos na conta receptora por até 72 horas para análise das equipes de segurança.

Responsabilidade das Instituições: Os bancos que não implementarem os filtros de verificação e permitirem transações atípicas fora dos limites estipulados assumem a responsabilidade financeira por eventuais ressarcimentos às vítimas.

IstoÉDinheiro

Rox Partner Serviços e Consultoria de Informática S.A.

CNPJ/MF nº 31.665.387/0001-29

Mensagem da Administração

A Administração da Rox Partner Serviços e Consultoria de Informática S.A. apresenta aos seus acionistas as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Governança, Estratégia e Investimentos:** Em 2025, a Companhia deu continuidade ao fortalecimento de sua governança, controles internos e eficiência operacional. Destaca-se a renovação da certificação ISO/IEC 27001, reforçando o compromisso com a segurança da informação, gestão de riscos e melhoria contínua dos processos. **Desempenho Econômico-Financeiro:** A Companhia encerrou 2025 com crescimento da receita operacional e do lucro líquido, fortalecimento da posição de caixa e incremento do patrimônio líquido, refletindo a evolução de suas operações e maior solidez financeira. **Agradecimentos:** A Administração agradece aos colaboradores, clientes, fornecedores, parceiros e acionistas pela confiança e contribuição para os resultados alcançados em 2025, reafirmando seu compromisso com o crescimento sustentável e a geração de valor.

Balanços Patrimoniais dos Períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em Milhares de Reais)*

Ativo	**dez-25**	**dez-24**
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	6.671.472	3.499.792
Contas a receber de clientes	6.097.448	5.151.620
Outros créditos	5.639	2.867
Tributos a Recuperar	380.442	205.061
Despesas Antecipadas	5.658	–
Partes Relacionadas CP	11.915.417	11.915.417
Total do ativo circulante	**25.076.075**	**20.774.756**
Não circulante		
Imobilizado	812.785	884.035
Intangível	1.734.319	2.048.977
Total do ativo não circulante	**2.547.105**	**2.933.011**
Total do ativo	**27.623.180**	**23.707.767**
Passivo	**dez-25**	**dez-24**
Circulante		
Tributos a recolher	1.417.478	956.596
Encargos Sociais	50.490	39.944
Contas a pagar	1.864.175	1.581.631
Arrendamentos	139.074	347.728
Obrigações Trabalhistas	781.300	535.643
Total do passivo circulante	**4.252.515**	**3.461.543**
Não circulante		
Empréstimos a pagar	727.273	1.000.000
Dividendos/lucros	343.814	–
Total do passivo não circulante	**1.071.086**	**1.000.000**
Patrimônio líquido		
Capital Social	1.000.185	1.000.185
Reservas de Capital	10.724.692	10.724.692
Reservas de Lucros	6.786.841	6.781.877
Lucros distribuidos antecipadamente	(3.799.714)	(2.805.524)
Resultado do Exercício	7.587.575	3.544.995
	22.299.578	**19.246.224**
Total do passivo + patrimônio líquido	**27.623.180**	**23.707.767**

Demonstrações dos Resultados dos Períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em Milhares de Reais)*

	dez-25	**dez-24**
Receita líquida	**38.455.611**	**27.829.495**
Serviços Prestados – Mercado Interno	40.737.412	29.408.849
Serviços Prestados – Mercado Externo	423.716	386.995
Provisão de receita	(2.534)	(7.759)
(-) PIS/COFINS/ISS	(2.702.982)	(1.958.590)
Lucro Bruto	**38.455.611**	**27.829.495**
Outros Resultados Operacionais	**39.215**	**41.604**
Outras receitas	39.215	41.604
Despesas Operacionais	**(26.473.340)**	**(21.120.654)**
Com pessoal	(5.300.646)	(4.196.218)
Ocupação	(220.780)	(206.461)
Viagens	(39.228)	(60.724)
Serviços terceiros – PJ	(18.227.467)	(14.708.550)
Utilidades e serviços	(113.134)	(89.307)
Depreciações e amortizações	(481.895)	(769.672)
Despesas gerais	(723.944)	(635.001)
Tributárias	(86.809)	(24.189)
Outras despesas não dedutíveis	(1.278.875)	(554.044)
Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(563)	123.511
Outras despesas operacionais	**(42.911)**	**(9)**
Perdas na alienação de imobilizado	(42.911)	(9)
Lucro (Prejuízo) operacional antes do	**11.978.575**	**6.750.436**
Resultado financeiro	**266.549**	**81.378**
Despesas Financeiras	(291.938)	(80.051)
Receitas Financeiras	558.487	161.429
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**12.245.124**	**6.831.814**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(4.657.549)**	**(3.286.819)**
IR/CSLL – corrente	(4.657.549)	(3.286.819)
Lucro (Prejuízo) do exercício	**7.587.575**	**3.544.995**

Demonstração de Fluxo de Caixa *(Em Milhares de Reais)*

	2025	**2024**
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**7.587.575**	**3.544.995**
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa		
Depreciação e Amortização (Nota 8)	263.027	562.642
Provisão de Receitas (Nota 15)	(1.357.905)	(1.360.439)
Depreciação do direito de uso – IFRS 16	218.868	212.260
Apropriação de juros sobre passivo de arrendamento – IFRS 16	27.539	23.031
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	563	(123.511)
Variações no capital circulante	**6.739.667**	**2.858.978**
Contas a receber de clientes	411.514	175.865
Outros créditos	(2.772)	(2.867)
Tributos a Recuperar	(175.381)	(76.899)
Despesas Antecipadas	(5.658)	8.092
Partes Relacionadas	–	13.590
Tributos a recolher	(873.715)	(1.668.190)
Encargos Sociais	10.546	1.850
Contas a pagar	242.463	(119.140)
Arrendamentos	(236.194)	187.843
Obrigações Trabalhistas	245.657	289.811
Empréstimos a pagar	(272.727)	1.000.000

	2025	**2024**
	(656.267)	**(190.045)**
Caixa gerado nas operações		
Juros pagos	40.081	62.954
Imposto de renda e contribuição social pagos	1.334.596	1.870.634
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**1.374.676**	**1.933.588**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado (Nota 8)	(364.010)	(497.762)
Recursos provenientes de venda de imobilizado	361.839	(112.289)
Aquisição de ativos intangíveis (Nota 8)	(93.817)	(298.950)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**(95.988)**	**(909.001)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia	(4.190.407)	(2.805.524)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(2.805.524)	(2.805.524)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa e contas garantidas	3.171.680	887.996
Caixa e equivalentes de caixa e contas garantidas no início do exercício	**3.499.792**	**2.611.796**
Caixa e equivalentesde caixa e no final do exercício (Nota 4)	**6.671.472**	**3.499.792**

Marcos Vinicius Bastos Teixeira
Diretor CPF: 220.587.928-66

IRKO BPS Assessoria Contábil Ltda.
CNPJ: 46.893.334/0001-32 – CRC SP: 2SP 04.552-0

Pier Paolo Atti – Contador
CPF: 132.289.328-42 – CRC SP -154.001/O-0

As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia.

Juros reais chegam a patamares insustentáveis

Em %

Ano	IPCA ano	Taxa Selic ano	Juro real ano	Governo	Juro real médio (mandato)
2011	7	12	5	Dilma	4
2012	6	8	3		
2013	6	8	2		
2014	6	11	5		
2015	11	13	3	Dilma 2	5
2016	6	14	8	Dilma 2/Temer	
2017	3	10	7	Temer	5
2018	4	6	3		
2019	4	6	2	Bolsonaro	0
2020	5	3	-2		
2021	10	4	-6		
2022	6	12	7		
2023	5	13	8	Lula 3	8
2024	5	11	6		
2025	4	14	10		
2026	5*	14	9		

Crescimento econômico desacelera

Em %

Ano	Alta do PIB
2023	3,2
2024	3,4
2025	2,3
2026	1,98*

Dívida pública dispara

Em % do PIB

Ano	Dívida pública
Dez.22	71,7
Dez.23	74,3
Dez.24	75,9
Dez.25	78,3
Jun.26	81,9

*Expectativa mediana de analistas, segundo o Boletim Focus, do Banco Central
Fontes: IBGE e BC

NEGÓCIOS

Itaú recebe aval preliminar para abrir banco próprio nos Estados Unidos

O Itaú Unibanco informou ao mercado na segunda-feira (17) que o Office of the Comptroller of the Currency autoridade responsável por supervisionar o setor bancário nos Estados Unidos concedeu uma aprovação preliminar para operar com uma licença nacional no país. A instituição financeira que operaria já tem nome: Itaú Bank.

"A constituição do Itaú Bank está alinhada à estratégia da companhia de ampliar sua capacidade de atender clientes nos Estados Unidos, fortalecendo sua proposta de valor por meio de uma oferta mais abrangente de produtos e serviços financeiros naquele mercado", informou o conglomerado, que oferta produtos e serviços nos EUA desde 1979, mas não conta com permissão para uma instituição própria.

A aprovação do gabinete americano ainda não representa autorização final para que as atividades do Itaú Bank sejam iniciadas, continua a holding. A abertura das portas do Itaú Bank nos Estados Unidos depende da aproação do conselho do banco central americano, o Federal Reserve, e da agência estatal Federal Deposit Insurance Corporation.

A autorização do Itaú seria para a criação de um banco múltiplo, que teria a liberdade de ofertar crédito e financiamentos, além de gerir investimentos.

Na outra ponta, o Itaú recentemente se desfez das operações de varejo, formado por clientes pessoas físicas e pequenas empresas, na Colômbia e no Panamá. A ideia, quando o anúncio saiu, era que a empresa nos países focasse apenas pessoas jurídicas, para grandes empresas. O conglomerado financeiro ligado à família Moreira Salles vendeu as subsidiárias ao Banco Bogotá S.A. por aproximadamente R$ 2,5 bilhões.

RAIO-X | ITAÚ UNIBANCO NO 2º TRI DE 2026

Fundação: 2008, ano de fusão do Banco Itaú e do Unibanco

Lucro líquido: R$ 12,4 bilhões

Clientes: 70 milhões

Agências: 1.663

Funcionários: 90,4 mil

Principais concorrentes: Bradesco, Santander, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Nubank.

Folhapress

Crise no varejo leva redes a reestruturar R$ 68 bilhões em dívidas

Grandes varejistas brasileiras reestruturaram mais de R$ 68 bilhões em dívidas com credores nos últimos dois anos e meio via recuperação judicial ou extrajudicial. A crise, segundo especialistas, foi se intensificando com a alta dos juros, o endividamento elevado e a concorrência crescente com o comércio eletrônico.

Do caso Americanas em janeiro de 2023 às recuperações judiciais pedidas nesta semana por Casas Bahia e Marabraz, pelo menos oito redes recorreram a esses instrumentos no período, cinco delas neste ano.

A Americanas abriu a sequência de crises após a descoberta de inconsistências e fraudes nos balanços, que culminaram em R$ 43 bilhões em dívidas. Pouco mais de um ano depois, as redes Dia (R$ 1,1 bilhão em dívidas) e Polishop (R$ 352 milhões) também entraram em recuperação judicial.

Neste ano, o Grupo Pão de Açúcar entrou em recuperação extrajudicial (R$ 4,5 bilhões em dívidas), seguido pelas recuperações judiciais de Casa & Vídeo (R$ 1,1 bilhão), Tok&Stok (R$ 1 bilhão), Casas Bahia (R$ 17,3 bilhões) e Marabraz (R$ 140 milhões).

Ao contrário da Americanas, cuja derrocada começou com a revelação de fraudes contábeis internas, os casos mais recentes refletem o esgotamento do próprio modelo de negócios do varejo tradicional sob a pressão de juros altos e crédito restrito, na avaliação de especialistas.

Consultores de varejo apontam que, a despeito das particularidades de cada caso, a escalada da taxa básica de juros (Selic), de 2% entre o final de 2020 aos atuais 14% ao ano, é um pano de fundo que prejudicou todas elas.

Isso porque o setor varejista precisa se capitalizar tanto para oferecer crédito aos consumidores para comprarem seus produtos quanto para financiar suas próprias despesas com empréstimos.

"Os juros altos têm triplo efeito perverso. Eles sufocam a demanda, asfixiam as empresas e limitam a capacidade das companhias de financiarem os seus clientes, o que é o oxigênio do varejo", afirma o consultor Alberto Serrentino, sócio da Varese Retail.

Folhapress

Sindicato cobra pagamento imediato de verbas a demitidos da Casas Bahia

O Sindicato dos Comerciários de São Paulo está em negociação com o grupo Casas Bahia para antecipar o pagamento das verbas rescisórias dos demitidos pela varejista. Na semana passada, a empresa anunciou o fechamento de 298 lojas e a demissão de quase 2.000 mil trabalhadores. No domingo (16), veio à tona o pedido de recuperação judicial para estancar uma dívida de cerca de R$ 17,3 bilhões.

Uma reunião que durou cerca de duas horas foi feita nesta terça-feira (18) entre os representantes trabalhistas, um advogado da empresa de varejo e um funcionário da área de recursos humanos. A expectativa de Ricardo Patah, presidente do UGT (União Geral dos Trabalhadores) e do Sindicato dos Comerciários de São Paulo, é conversar com o CEO do grupo, Renato Franklin.

Há o medo de que as verbas rescisórias, que hoje estariam dentro do processo de recuperação judicial, sejam adiadas, parceladas e pagas com desconto. "Queremos que elas sejam pagas imediatamente, que seja liberado o Fundo de Garantia, o seguro-desemprego e também a possibilidade de o seguro de saúde continuar por mais um tempo", diz Patah, que acrescenta o pedido para que funcionários demitidos com muito tempo de casa sejam reaproveitados em lojas que continuam em operação.

"Tão logo seja deferido o processamento deste pedido de recuperação judicial, os débitos atinentes às ações e execuções de instituições financeiras, fornecedores e credores trabalhistas estarão sujeitos aos efeitos da presente ação e deverão ser pagos nos termos do Plano de Recuperação Judicial a ser oportunamente apresentado", diz a petição do grupo Casas Bahia protocolada na Justiça.

O sindicato assinou uma procuração para entrar no processo como credor, mas possui um pedido de ação anulatória preparada e promete acionar a Justiça caso não consiga chegar a um acordo com a varejista.

Folhapress